

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 010/2024  
Data: 17/01/2024



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
CAPITANIA DOS PORTOS TEM NOVO COMANDANTE; CERIMÔNIA OCORREU NO PORTO DE SANTOS .....	4
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO SUPERA MARCA DE 1 MILHÃO DE TONELADAS EM 2023 .....	5
TRANSPORTE DE CARGAS: PRIMEIRO PRAZO PARA REVALIDAÇÃO VENCE DOMINGO, ALERTA ANTT .....	5
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>6</b>
GESTÃO COMPARTILHADA PARA FORTALECER A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO.....	6
3TENTOS ANUNCIA PLANO DE INVESTIR R\$ 2 BILHÕES NOS PRÓXIMOS SETE ANOS .....	7
BEMISA INVESTE EM PROJETO DE CLASSE MUNDIAL EM MINAS GERAIS .....	8
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>11</b>
INSTITUCIONAL - PUBLICADO RELATÓRIO DA PIANC SOBRE PLATAFORMAS MULTIMODAIS EM HIDROVIAS COM PARTICIPAÇÃO DA ANTAQ.....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>12</b>
AVIAÇÃO - MPOR E INFRAERO TRAÇAM METAS PARA REQUALIFICAR AEROPORTOS PRIORITÁRIOS .....	12
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>13</b>
DIÁLOGO ENTRE ÓRGÃOS VAI PERMITIR MELHOR SOLUÇÃO PARA LICENCIAMENTO DA BR-319/AM/RO, DIZ SECRETÁRIO-EXECUTIVO.....	13
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>14</b>
EDITORIAL – COMPROMISSO BRASILEIRO .....	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Novo ataque</i> .....	14
<i>Também por míssil</i> .....	15
<i>Retaliação</i> .....	15
<i>Empreendedorismo 1</i> .....	15
<i>Empreendedorismo 2</i> .....	15
<i>Aviação 1</i> .....	15
<i>Aviação 2</i> .....	15
NACIONAL - À ESPERA DE LANÇAMENTO DO VOA BRASIL, COSTA FILHO ARTICULA POR FUNDO DE AVIAÇÃO CIVIL .....	15
REGIÃO SUDESTE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL LANÇA MOVIMENTO ODS SANTOS 2030.....	16
NACIONAL - CRONOGRAMA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ EXCLUI SP DE FINANCIAMENTO .....	17
NACIONAL - SILVEIRA DESTACA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL .....	18
NACIONAL - BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 3,5 BILHÕES NAS PRIMEIRAS SEMANAS DO ANO .....	19
REGIÃO SUDESTE - LEILÃO DA RECEITA TERÁ SMARTPHONES, NOTEBOOKS, DRONES E ACESSÓRIOS ELETRÔNICOS.....	19
REGIÃO SUDESTE - NOVO CAPITÃO DOS PORTOS DE SÃO PAULO É EMPOSSADO: “IMENSA RESPONSABILIDADE” .....	20
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>21</b>
LUIZ MARINHO QUER APRIMORAR LEI Nº 8.213/91 PARA AMPLIAR INCLUSÃO DE PCDs NO MERCADO DE TRABALHO .....	21
MAERSK E HAPAG-LLOYD ESTÃO INICIANDO UMA COOPERAÇÃO OPERACIONAL .....	22
ADM FAZ PRIMEIRAS ENTREGAS DE SOJA RASTREÁVEL DOS EUA À EUROPA.....	24
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>24</b>
EDP RENOVÁVEIS INICIA OPERAÇÃO DE USINA HÍBRIDA EÓLICA-SOLAR NA ESPANHA .....	24
BP FIRMA MEMORANDO PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE E DERIVADOS NO CEARÁ .....	25
CHEVRON VAI PRODUZIR E ESTOCAR HIDROGÊNIO VERDE PARA ABASTECER TÉRMICA NOS EUA .....	26
GOVERNO ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA ENQUADRAR MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA NO REIDI.....	27
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>28</b>
MILEI DIZ QUE QUER MANTER 'RELAÇÃO ADULTA' COM O BRASIL .....	28
HADDAD É O PRIMEIRO MINISTRO DA FAZENDA A NÃO IR A DAVOS DESDE 2013 .....	29
REFORMA ADMINISTRATIVA: PROPOSTA DO GOVERNO PREVÊ MUDANÇA NA AVALIAÇÃO E FIM DO PONTO .....	29
FINANCIAMENTOS DO BNDES PARA INFRAESTRUTURA SUPERAM R\$ 57 BI EM 2023, ALTA DE 24%. SANEAMENTO E ENERGIA LIDERAM .....	32
CONFEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO VÃO AO STF PARA TENTAR BARRAR ISENÇÃO CONTRA IMPORTADOS DE ATÉ US\$ 50 .....	33
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>34</b>
OBRAS PARADAS, TARIFAS DEFASADAS E FALTA DE DINHEIRO: O CENÁRIO DAS CONCESSÕES DE RODOVIAS NO BRASIL .....	34



NOSSO PLANO É FAZER 35 CONCESSÕES DE RODOVIAS ATÉ O FIM DO GOVERNO LULA, DIZ RENAN FILHO .....	36
PRIMEIRO NAVIO CARGUEIRO DA BYD, COM CAPACIDADE PARA 7 MIL CARROS ELÉTRICOS, PARTE PARA A EUROPA .....	38
CONFEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO VÃO AO STF PARA TENTAR DERRUBAR ISENÇÃO DE COMPRAS ATÉ US\$ 50 ....	39
BARROSO: STF É ÓRGÃO COM REPERCUSSÃO POLÍTICA, MAS NÃO É POLÍTICO NO SENTIDO PARTIDÁRIO .....	40
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>41</b>
O QUE É E QUAIS SÃO OS PLANOS PARA A ERA DOS TRENS PROMETIDA POR LULA? .....	41
NA CORRIDA SUCESSÓRIA PARA PRESIDENTE DA VALE, MANDATO MENOR ESTÁ EM ESTUDO .....	42
ANTIGA FÁBRICA DA FORD NO ABC VAI VIRAR GALPÃO .....	45
RENDA DEVERÁ AVANÇAR MAIS NO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE.....	47
ORIZON MIRA EM BIOMETANO PARA ELEVAR RECEITAS EM ATERROS .....	47
BYD MOSTRA COMO FOI DE FABRICANTE DE BATERIAS A MAIOR PRODUTORA MUNDIAL DE CARROS ELÉTRICOS .....	49
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>51</b>
BRUNO FONSECA - TOMOU POSSE COMO PRESIDENTE DA PRATICAGEM DO BRASIL.....	51
BALANÇA COMERCIAL POR VIA MARÍTIMA CRESCER 41,9% EM 2023 .....	51
PORTOS AMAZÔNICOS ULTRAPASSAM 51 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS EM 2023 .....	52
MAERSK E HAPAG-LLOYD ANUNCIAM NOVA ALIANÇA, A 'COOPERAÇÃO GEMINI' .....	53
FINEP LANÇA CHAMADA PÚBLICA PARA ENERGIAS SUSTENTÁVEIS E PETRÓLEO ENTRE EMPRESAS BRASILEIRAS E NORUEGUESAS.....	54
ATIVIDADE DE PRATICAGEM É SANCIONADA E PASSA A TER REGRAS ESPECÍFICAS .....	55
RELATÓRIO DO IMB REVELA AUMENTO DA PIRATARIA EM 2023 .....	56
ARTIGO - SUSTENTABILIDADE EM ALTO-MAR: PROTAGONISMO BRASILEIRO NA PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE ..	56
PORTOS DO RIO ITAJAÍ AÇU MOVIMENTARAM 14,9 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023 .....	58
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>58</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="https://www.linkedin.com/company/mercoshipping">LINKEDIN.COM</a> .....	58





### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## CAPITANIA DOS PORTOS TEM NOVO COMANDANTE; CERIMÔNIA OCORREU NO PORTO DE SANTOS

Marcus André de Souza e Silva assumiu cargo que era ocupado por Robledo de Lemos Costa e Sá  
*Por: Bárbara Farias*



**Capitão de mar e guerra Marcus André de Souza e Silva se tornou o novo capitão dos Portos de São Paulo Foto: Alexander Ferraz/AT**

O capitão de mar e guerra Marcus André de Souza e Silva assumiu ontem o comando da Capitania dos Portos de São Paulo. Em solenidade realizada no Cais da Marinha, no Porto de Santos, ele recebeu o cargo do também capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá, que foi designado para servir no Estado-Maior da Armada (EMA), em Brasília. A cerimônia de ontem foi marcada por emoção entre os oficiais. Autoridades políticas e representantes de entidades e empresas dos setores náutico e portuário compareceram ao evento.

Em suas primeiras palavras como capitão dos Portos, Marcus André de Souza e Silva destacou "é uma emoção muito grande" assumir o cargo, que segundo ele "possui uma imensa responsabilidade, com uma cobertura de 196 municípios e o maior porto do País".

O novo capitão também destacou que os esforços da Marinha estão dobrados em função da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em vigor desde novembro de 2023 para dar apoio no combate ao tráfico de armas e drogas, além de outros crimes. "Aumenta a carga de trabalho e de esforço da Capitania, pois nós temos que desdobrar os militares para servir não somente à nossa missão, mas também ao que nos foi atribuído pela GLO".

Na GLO, a Capitania dos Portos oferece suporte às equipes da Marinha para atuação nos acessos marítimo e terrestre do Porto de Santos. A Autoridade Marítima destacou 535 fuzileiros navais para a operação. A GLO vai até 3 de maio.

Souza e Silva complementou que sua gestão dará continuidade às ações já desenvolvidas na última gestão. "Nós vamos reforçar as parcerias, que foram tão bem construídas pelo comandante Robledo, e buscar novas parcerias que possam ampliar a presença e a capacidade da Marinha, gerando segurança àqueles que se fazem ao mar".

Natural do Rio de Janeiro, o novo capitão dos Portos de São Paulo tem 49 anos e é oficial da Marinha formado pela Escola Naval. "Eu já servi diversos navios, comandi dois navios e servi no exterior. Agora, tenho a primeira oportunidade de servir uma organização militar de segurança do tráfego aquaviário", comentou ao ser perguntado sobre sua carreira.

### Despedida

Robledo de Lemos Costa e Sá soma 35 anos de serviços prestados à Marinha. Ele assumiu a Capitania dos Portos de São Paulo em janeiro de 2022. Em seu discurso, Robledo se emocionou ao falar sobre mais um ciclo concluído e agradeceu o apoio de autoridades e representantes dos setores náutico e portuário durante sua gestão, especialmente de sua família.

“A gente se emociona por mais um período em que nós conseguimos contribuir com a sociedade. O novo capitão dos Portos dará continuidade a todas as pautas importantes a fim de navegar junto com a sociedade”, afirmou Costa e Sá, que explicou que servirá no EMA, na Capital Federal, órgão de direção-geral da Força Naval que tem como função assessorar o comandante da Marinha.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 17/01/2024*

## PORTO DE SÃO SEBASTIÃO SUPERA MARCA DE 1 MILHÃO DE TONELADAS EM 2023

Balanco divulgado pelo Governo de São Paulo aponta alta de 51% na receita, equivalente a R\$ 43,5 milhões

*Por: ATrbiuna.com.br*



**A receita do Porto de São Sebastião foi ampliada em 51%, equivalente a R\$ 43,5 milhões** Foto: Carlos Nogueira/AT/Arquivo

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, fechou o ano de 2023 com novo recorde de movimentação de cargas: 1,033 milhão de toneladas. Com crescimento de 12% comparado a 2022, quando 918.879 toneladas foram movimentadas de janeiro a dezembro, a receita foi ampliada em 51%, equivalente a R\$ 43,5 milhões.

Entre as principais cargas transportadas, de acordo com a Autoridade Portuária de São Sebastião, estão barrilha a granel, matéria-prima essencial na produção de vidros, embalagens, entre outros, com 343 mil toneladas; açúcar em sacas, com 194 mil toneladas; malte, primordial para a indústria cervejeira, com 106 mil toneladas; e silicato, utilizado na fabricação de sabão, adesivos e argamassas, com 50 mil toneladas.

“O Porto de São Sebastião possui um papel fundamental no desenvolvimento da região. Esse novo recorde é muito significativo e indica que estamos caminhando para alcançar novos padrões de eficiência”, avalia a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), gestora do complexo, está vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo (Semil).

O recorde anterior, estabelecido em 2022, era de 918 mil toneladas, com receita de R\$ 30,2 milhões. De acordo com o Governo do Estado, em nota, os resultados alcançados em 2023 refletem mudanças adotadas na gestão do Porto de São Sebastião, que aplicou vários descontos nas tarifas portuárias e ampliou a capacidade de armazenagem de mercadorias.

“Estamos satisfeitos com os resultados, que refletem a confiança da comunidade portuária na capacidade do porto. Vamos continuar trabalhando para proporcionar melhores condições para os operadores portuários e otimizar cada vez mais o nosso desempenho”, destaca o diretor-presidente da CDSS, Ernesto Sampaio.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 17/01/2024*

## TRANSPORTE DE CARGAS: PRIMEIRO PRAZO PARA REVALIDAÇÃO VENCE DOMINGO, ALERTA ANTT

Medida é obrigatória para atuação no setor; multas podem chegar a R\$ 3 mil

*Por: ATribuna.com.br*



### **Revalidação do registro é obrigatória para atuação no transporte de cargas Foto: Sílvio Luiz/AT**

Termina no próximo domingo (21) o primeiro de três prazos para a revalidação do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). O alerta é da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A medida é obrigatória para atuação no transporte de cargas.

A primeira categoria a ver o prazo chegar ao fim será a das Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas (CTC). De acordo com o superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT, José Amaral, das 591 CTCs, 332 ainda não realizaram a revalidação ordinária.

O segundo período a vencer é o de Empresas de Transporte de Cargas (ETC), em 26 de fevereiro. Até aqui, 89,2% das ETCs já atualizaram a documentação. Por fim, os Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) podem regularizar a situação até 22 de março. Nessa categoria, apenas 2,4% dos integrantes se encontram pendentes.

As multas a quem descumprir a revalidação variam de R\$ 750,00 a R\$ 3 mil. Detalhes na internet.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 17/01/2024



## **MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

### **GESTÃO COMPARTILHADA PARA FORTALECER A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**

Informações: **CBIC**



A Gestão Compartilhada tem promovido avanços na eficácia operacional da indústria da construção. O modelo de gestão, que visa uma abordagem colaborativa e integrada entre os diferentes stakeholders, permite o compartilhamento de conhecimento, recursos e riscos, buscando resultados superiores e mais sustentáveis.

Ao contrário dos modelos convencionais, em que as decisões e responsabilidades são centralizadas, a Gestão Compartilhada busca uma mudança de cultura, com ênfase na eficácia coletiva, contando com a participação de diferentes stakeholders — incluindo construtores, fornecedores, clientes e, às em alguns momentos, concorrentes — para alcançar objetivos comuns, criando um ambiente de trabalho sinérgico e integrado, apontou o vice-presidente de Obras Industriais e Corporativas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Ilso Oliveira. “O grande benefício dessa cultura está na possibilidade de potencializar o sucesso do projeto e juntamente com ele, o benefício de todos os envolvidos”, disse.

Esta abordagem é uma tendência para empresas que buscam diferenciação no mercado, destacou o presidente da Fortes Engenharia, Ricardo Abrahão. “Acompanhar as novas tecnologias disponíveis torna o mercado mais competitivo, e as empresas precisam apresentar, constantemente, soluções diferenciadas para se posicionar. É um trabalho contínuo e a Gestão Compartilhada é uma forma de inovação”, disse.



Abrahão destacou que o trabalho em conjunto com o cliente auxilia na eficácia operacional e redução de custos. “Ele passa a ser um aliado seu, fazendo parte do sucesso do negócio, onde todos têm um único objetivo, que é o sucesso do empreendimento”, pontuou. “Nos nossos projetos de tanques de grandes dimensões, na construção de estação de tratamento e efluentes, nós utilizamos o modelo de Gestão Compartilhada desde o início do processo de concorrência. Isso permite que seja realizado o acompanhamento de custo médio de mercado”, exemplificou.

Outro ponto destacado pelo empresário foi a possibilidade de industrialização dos processos e a redução de acidentes no canteiro de obra. “Nós conseguimos diminuir a quantidade de mão de obra no canteiro em cinco vezes. Isso diminui os acidentes e possibilita uma maior especialização dos operários para outras atividades”, complementou.

Na execução de projetos, Abrahão destacou a segurança, o prazo, a qualidade e a pauta ESG como desafios primordiais. Para ele, a Gestão Compartilhada impulsiona a eficácia operacional, redução de custos e segurança nos projetos.

“A Gestão Compartilhada contribui para a redução de prazos, permitindo entregas antecipadas e favorecendo o progresso da obra. Além da exigência rigorosa por qualidade nos projetos, as empresas estão considerando a pauta ESG um valor indiscutível. Essa também é uma grande vantagem da Gestão Compartilhada: a busca por minimizar as emissões de carbono e ter projetos cada vez mais sustentáveis”, disse.

Clique aqui e faça o download da cartilha produzida pela CBIC.

Para aprofundar sobre o tema, confira o curso promovido pela entidade. Clique aqui!

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 17/01/2024**

### 3TENTOS ANUNCIA PLANO DE INVESTIR R\$ 2 BILHÕES NOS PRÓXIMOS SETE ANOS

Parte dos recursos será usada para a construção de uma usina de etanol de milho em Mato Grosso

**Informações: InfoMoney**



**A 3tentos, empresa gaúcha que atua nos segmentos de grãos e insumos, informou há pouco, em Fato Relevante, um plano de investimentos que prevê aportes de cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos sete anos.**

Segundo a companhia, parte dos recursos será usada para a implementação de sua primeira indústria de processamento de milho, voltada à produção de etanol e DDG. A unidade será erguida em Porto Alegre do Norte, em Mato Grosso.

Novas revendas de insumos serão inauguradas na região do Vale do Araguaia, também em Mato Grosso, e o plano da 3tentos também prevê a ampliação da capacidade industrial para o processamento de soja, produção de sementes e fertilizantes e melhorias em logística, tecnologia e inovação, além de diversificação de negócios e de presença regional.

A companhia informou, ainda, que estão incluídos no investimento previsto R\$ 200 milhões destinados à nova estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte, anunciado em dezembro, a partir da constituição de uma joint venture com a Caramuru Alimentos.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 17/01/2024**

### BEMISA INVESTE EM PROJETO DE CLASSE MUNDIAL EM MINAS GERAIS

Os teores médios encontram-se na faixa de 0,45% de TREO (óxidos totais de terras raras), com regiões apresentando teores acima de 1% TREO

*Por: Francisco Alves*



Augusto Lopes CEO da Bemisa

#### **Augusto Lopes CEO da empresa Bemisa**

A Bemisa está investindo no desenvolvimento e aumento do conhecimento geológico de um projeto de Terras Raras na região noroeste do Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Carmo do Paranaíba, Arapuá, Matutina e Tiros. Trata-se do projeto Bambuí, que tem recursos de mais de um bilhão de toneladas de óxidos de terras raras com teores de classe mundial e que se encontra em fase de pesquisa geológica e desenvolvimento de testes de processo para a recuperação da argila iônica. Como informa o CEO da empresa, Augusto Lopes, “o empreendimento compreende três direitos minerários, que cobrem aproximadamente 3.600 hectares. Foram realizados 14 furos de sondagem diamantada, com profundidade média de 96 metros. Os teores médios encontram-se na faixa de 0,45% de TREO (óxidos totais de terras raras), com regiões apresentando teores acima de 1% TREO. Diante dos resultados positivos dos testes de lixiviação, temos boas expectativas para a continuidade do projeto e programado uma nova campanha de sondagem no primeiro semestre de 2024 e novos testes em laboratórios de referência, com o que esperamos tornar viável um depósito de terras raras de classe mundial”.

Além desse projeto, a Bemisa está investindo na ampliação da sua capacidade de produção de minério de ferro, ingressando na produção de ouro e buscando oportunidades em outros minerais considerados estratégicos para a transição energética, como cobre, níquel, grafite e lítio.

Em minério de ferro, a empresa estará colocando em operação, ainda no primeiro trimestre de 2024, o projeto Mongais, em Minas Gerais, que acrescentará 1 milhão t/ano de minério de ferro à capacidade atual da mina Baratinha, que atualmente é de 2,5 milhões t/ano. “Além do complexo Baratinha, temos mais duas áreas de minério de ferro em desenvolvimento e que serão implantadas nos próximos anos. Destaco o Projeto Pedra Branca, no município de João Monlevade, em fase de licenciamento ambiental e outro, resultado de uma parceria assinada no ano de 2023, conhecido como projeto Piçarrão, no município de Nova Era e Antônio Dias”, diz Augusto Lopes.

Em ouro, a Bemisa já iniciou o comissionamento e espera entrar em ritmo de produção, ao longo de 2024, do projeto Água Azul do Norte, no estado do Pará, dentro do distrito polimetálico de Carajás.

Por fim, a Bemisa está realizando estudos de exploração em 65 direitos minerários adquiridos em 2023 nas províncias de Alta Floresta e Tapajós, com alto potencial para cobre e outros minerais. Augusto Lopes explica que a empresa tem avaliado diversos projetos ao longo do último ano. “No cômputo geral, foram mais de 32 projetos recebidos, de mais de 15 substâncias minerais, dentre as quais se destacam ativos de cobre, níquel grafite e lítio. A empresa vê grande potencial para a descoberta de novas jazidas de minerais estratégicos no Brasil e por esta razão criou um email exclusivo ([novosnegocios@bemisa.com.br](mailto:novosnegocios@bemisa.com.br)) e possui uma área dedicada à avaliação de potenciais ativos a serem eventualmente incorporados ao seu portfólio.

Veja mais detalhes na entrevista exclusiva a seguir:

BRASIL MINERAL – Há possibilidades de crescimento no minério de ferro em Minas Gerais, ou a ideia é apenas manter (e talvez expandir) o projeto Baratinha?





AUGUSTO LOPES – O Complexo Baratinha contempla 20 direitos minerários, e a Mina de Baratinha é apenas um deles. O complexo soma mais de 100 milhões de toneladas de recursos de minério de ferro, o que dá a perfeita dimensão do potencial da exploração destes ativos. Baratinha, eu gosto sempre de dizer para os nossos colaboradores, é um grande motivo de orgulho da Bemisa, resultado de muitos anos de trabalho e persistência de uma equipe bem treinada e com foco no resultado.

A planta de concentração de Baratinha tem capacidade para produzir anualmente 2,5 milhões de toneladas de sinter feed com qualidade premium e não utiliza barragens para depósito de rejeitos. A operação é certificada pelas normas internacionais de qualidade, gestão ambiental e segurança (ISO 9001, 14001 e 45001), e tem rigorosos padrões de governança, com mais de 3.500 dias sem acidentes com afastamento.

Ainda dentro do nosso complexo, temos o projeto Mongais, que está em implantação e tem a previsão de início de produção no primeiro trimestre de 2024. Com a operação deste projeto, será acrescentada uma capacidade de produção de 1 milhão de toneladas ao Complexo Baratinha.

Nesse contexto, a Bemisa conta com dois terminais ferroviários a menos de 40 quilômetros do complexo, trazendo competitividade e reforçando nosso valor de responsabilidade socioambiental, reduzindo a necessidade do modal rodoviário no escoamento da nossa produção atual e demanda futura.

Além do complexo, temos mais duas áreas de minério de ferro em desenvolvimento e que serão implantadas nos próximos anos. Destaco o Projeto Pedra Branca, no município de João Monlevade, em fase de licenciamento ambiental e o outro, resultado de uma parceria assinada no ano de 2023, conhecido como projeto Piçarrão, no município de Nova Era e Antônio Dias.

Essa perspectiva reforça o nosso comprometimento em aumentar nossa produção de minério de ferro, trazendo nossos valores para uma mineração mais segura, moderna e sustentável aos nossos projetos em Minas Gerais.

BRASIL MINERAL – O projeto Água Azul do Norte marca o ingresso da empresa no segmento do ouro. Há planos de crescer nesse segmento?

AUGUSTO LOPES – A nossa primeira operação de ouro, denominada Projeto Água Azul, está situada no Pará, no distrito polimetálico de Carajás, tendo iniciado a sua fase de comissionamento no início do segundo semestre de 2023 e a nossa expectativa é de entrar em ritmo de produção em 2024. Acreditamos no potencial do mineral ouro e na diversificação de nosso portfólio.

A Bemisa investe em pesquisas geológicas e metalúrgicas há mais de cinco anos para garantir a viabilidade técnica, econômica e socioambiental para o início dessa operação.

O programa de exploração incluiu mais de 52.000 metros de perfuração e os resultados foram consolidados em um Relatório de Recursos Independentes com base na norma NI 43-101. A maior parte da sondagem realizada foi no alvo Abelhas, objetivando garantir o payback do projeto. Nesse sentido, ainda existem outros três direitos minerários na região que são de propriedade da empresa e que têm excelente potencial para o aumento dos recursos do Complexo Água Azul.

Estamos em fase de desenvolvimento de atividades de pesquisa também em outras áreas. No norte do Estado de Mato Grosso, por exemplo, há campanhas de sondagem no complexo Novo Mundo. Esse empreendimento inclui os alvos Raimunda, com recursos definidos e Flor da Serra e Paranaíta, que estão atualmente em fase de pesquisa exploratória. A primeira campanha de sondagem do alvo Flor da Serra foi concluída em 2023, indicando potencial para minério de alto teor.

Água Azul confirma nossa percepção de que o ouro traz enorme valor agregado para a nossa companhia e sociedade, gerando emprego e renda em uma região remota do país.



BRASIL MINERAL – A Bemisa é uma das empresas que foca muito em pesquisa mineral. Qual é o foco dos trabalhos de pesquisa atualmente?

AUGUSTO LOPES – Ao longo dos nossos 16 anos de história, acumulamos vasto conhecimento geológico do território brasileiro. Já atuamos na exploração de diversos ativos minerais em diferentes fases de desenvolvimento, realizando mapeamento geológico, extensas campanhas de reconhecimentos geoquímicos e geofísicos, além de programas de sondagem exploratória e de detalhe para definição de recursos e reservas minerais.

Os números atualizados indicam que, desde o primeiro furo, realizado em 2008, até o final do ano de 2023, a Bemisa executou mais de 215 mil metros de sondagem, somando mais de 1.800 furos. Esses indicadores demonstram o compromisso da empresa na busca contínua de oportunidades minerais no Brasil.

Sempre estivemos atentos às necessidades do mercado, cuja evolução tecnológica do mundo demanda, em larga escala, o consumo de bens minerais. Com essa visão ampla, abre-se um leque de oportunidades para o desenvolvimento de ativos minerais como minério de ferro de alto teor e terras raras, considerados, nos dias de hoje, como minerais estratégicos, a base para o desenvolvimento da tão propalada transição energética. Esse novo mundo de baixo carbono vai demandar cada vez mais a oferta de bens minerais.

As tendências apontam para a transição da matriz energética das indústrias e o novo paradigma das preferências de consumo nas cadeias produtivas. Entendemos que neste cenário será necessária a oferta de metais básicos para que o mundo caminhe rumo ao desenvolvimento sustentável.

Por essa razão, a Bemisa investe no desenvolvimento e aumento do conhecimento geológico do nosso projeto de Terras Raras. Localizado na região noroeste do Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Carmo do Paranaíba, Arapuá, Matutina e Tiros, o projeto Bambuí tem recursos de mais de um bilhão de toneladas de óxidos de terras raras com teores de classe mundial e está em fase de pesquisa geológica e desenvolvimento de testes de processo para a recuperação da argila iônica.

O empreendimento compreende três direitos minerários, que cobrem aproximadamente 3.600 hectares. Foram realizados 14 furos de sondagem diamantada, com profundidade média de 96 metros. Os teores médios encontram-se na faixa de 0,45% de TREO (óxidos totais de terras raras), com regiões apresentando teores acima de 1% TREO. Diante dos resultados positivos dos testes de lixiviação temos boas expectativas para a continuidade do projeto e programado uma nova campanha de sondagem no primeiro semestre de 2024 e novos testes em laboratórios de referência, o que esperamos tornar viável um depósito de terras raras de classe mundial.

Ainda no final do ano passado, em 2023, fechamos um acordo de aquisição de 65 direitos minerários nas províncias de Alta Floresta e Tapajós com alto potencial para cobre e outros minerais. Os estudos de exploração dessas áreas já se iniciaram.

Além disso, a Bemisa tem avaliado diversos projetos ao longo do último ano. No cômputo geral, foram mais de 32 projetos recebidos de mais de 15 substâncias minerais. Dentre as substâncias minerais buscadas, destaco o interesse da empresa em ativos de cobre, níquel, grafite e lítio.

Enxergamos um enorme potencial para a descoberta de novas jazidas de minerais estratégicos no Brasil. Para agilizar o recebimento de novas oportunidades, criamos um e-mail exclusivo [novosnegocios@bemisa.com.br](mailto:novosnegocios@bemisa.com.br) para esse fim e possuímos uma área dedicada a avaliação desses potenciais ativos a serem eventualmente incorporados a nosso portfólio.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**  
**Data: 17/01/2024**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### INSTITUCIONAL - PUBLICADO RELATÓRIO DA PIANC SOBRE PLATAFORMAS MULTIMODAIS EM HIDROVIAS COM PARTICIPAÇÃO DA ANTAQ

Relatório contou com estudos de caso conduzidos pela ANTAQ em terminais brasileiros



**Saiba mais da PIANC no site <https://www.piancbrasil.com.br/>**

Brasília 16/01/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ participou do Grupo de Trabalho internacional da PIANC - WG 216: “Best Practices in Planning and Management of Multimodal Logistics Platforms along Inland Waterways”, o qual teve o relatório final publicado em dezembro de 2023, no site da Associação Mundial para Infraestrutura de Transporte Aquaviário - PIANC.

A PIANC é uma associação internacional de cunho científico, sem fins políticos e lucrativos, criada em 1885, com o objetivo de fornecer orientação e consultoria técnica para uma infraestrutura de transporte aquaviário sustentável para portos, marinas e hidrovias, em países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Associação é composta por integrantes oriundos de governos, corporações e empresas privadas, e, nesse sentido, a ANTAQ tornou-se membro qualificado em 2007 e, além de representar o Brasil, tem direito a voto na Assembleia Geral Anual - AGA e possibilidade de participação nas reuniões dos comitês técnicos e grupos de trabalho - GTs.

Dentro dos GTs são elaborados relatórios, os quais constituem verdadeiros guias de melhores práticas em nível internacional, por isso, a Agência tem investido esforços para levar as necessidades regionais e nacionais para as discussões na PIANC.

O relatório publicado examina, ao todo, nove portos fluviais e plataformas de logística multimodal na Europa e no Brasil, tanto de propriedade pública quanto privada, concentrando-se nas estratégias empregadas pelos gestores dos portos e pelas partes interessadas. As plataformas multimodais são ferramentas obrigatórias para uma logística eficiente e, portanto, vias navegáveis eficientes, servindo para o desenvolvimento econômico de uma região ou de um país. Além do Brasil cooperaram no desenvolvimento do material representantes da Bélgica, Romênia e França.

A ANTAQ foi responsável por fornecer informações necessárias para o estudo e colaborar na produção textual e na realização das pesquisas. Para o caso brasileiro, consultaram-se duas instalações distintas, no Pará e no Rio Grande do Sul. Toda a atividade foi concretizada ao longo de 18 meses, com reuniões e entrevistas para discutir os resultados no âmbito do Grupo de Trabalho - WG-216, criado dentro da Comissão de Navegação Interior – InCom da PIANC. O objetivo de ter um



GT da PIANC sobre plataformas multimodais é auxiliar os tomadores de decisão (gerentes de portos, gerentes de hidrovias etc.) a realizar a escolha certa, identificar investimentos relevantes e os locais para as plataformas.

Para converter um rio num meio de transporte eficiente, isto é, uma hidrovia, é preciso integrar a infraestrutura com diversos meios de transporte, por isso a importância de uma plataforma multimodal. Considerando que as hidrovias e os portos interiores oferecem um deslocamento mais seguro, qualificado e ecológico de passageiros, mercadorias, contêineres e granéis, a combinação de vias navegáveis com transporte rodoviário, ferroviário e aéreo, ou oleodutos, cria uma logística que permite uma melhora na conectividade, confiabilidade e sustentabilidade. Desse modo, o relatório busca apresentar uma abordagem única e estratégica com percepções valiosas para projetos de criação ou expansão de plataformas de logística multimodal em vias navegáveis interiores.

Mais informações acerca do relatório podem ser encontradas aqui e o estudo pode ser obtido no site oficial da Associação, tendo os membros associados acesso gratuito à íntegra do material.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**  
**Fone: (61) 2029-6520**  
**FAX: (61) 2029-6517**  
**E-mail: asc@antaq.gov.br**  
**Data: 17/01/2024**

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### AVIAÇÃO - MPOR E INFRAERO TRAÇAM METAS PARA REQUALIFICAR AEROPORTOS PRIORITÁRIOS



Em reunião realizada nesta terça-feira (16), órgãos debateram planejamento para os próximos ciclos

**Reunião sobre planejamento e qualificação de aeroportos - Foto: Vosmar Rosa/MPor**

O ministro de Portos e Aeroportos (Mpor), Silvio Costa Filho, e equipe técnica visitaram a Infraero nesta terça-feira (16). Em reunião com o presidente, Rogério Barzellay, toda diretoria, foram discutidos o planejamento da Companhia para 2024 e as diretrizes do Mpor para o setor.

De acordo com o planejamento do Mpor, cerca de 120 aeroportos prioritários devem ser desenvolvidos nos próximos três anos e a Infraero é parte dessa estratégia.

"É a primeira visita que fazemos à Infraero para alinhar nossos esforços e superarmos os desafios. A Infraero é um ativo importante para o País e precisamos trabalhar cada vez mais juntos a fim de cumprirmos a agenda da aviação civil brasileira," pontuou o ministro.

O presidente Barzellay destacou a importância de a Infraero somar com o Ministério. "Conte conosco, ministro, porque temos recursos humanos e expertise para aplicarmos no desenvolvimento da aviação regional", afirmou o presidente.

O presidente Rogério Barzellay entregou ao ministro o livro sobre a história dos 50 anos da Infraero, completados em 2023.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 17/01/2024**

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### DIÁLOGO ENTRE ÓRGÃOS VAI PERMITIR MELHOR SOLUÇÃO PARA LICENCIAMENTO DA BR-319/AM/RO, DIZ SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Grupo de trabalho do Ministério dos Transportes colheu sugestões de representantes da sociedade organizada durante audiência pública em Porto Velho (RO)



#### **Audiência do GT da rodovia BR-319 ouviu a sociedade civil na capital de Rondônia - Foto: Thiago Tarelli/MT**

Reunião nesta terça-feira (16) do grupo de trabalho da BR-319/AM/RO, em Porto Velho (RO), possibilitou a coleta de sugestões da sociedade organizada de Rondônia para o Ministério dos Transportes avaliar e poder elaborar um projeto que permita a pavimentação da rodovia. “A gente precisa conseguir a licença de instalação. Para não acontecer o que aconteceu ao longo desses últimos 20 anos, a gente está

abrindo o diálogo para encurtar esse prazo deste licenciamento”, disse o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

De acordo com Santoro, a estratégia do Ministério dos Transportes é elaborar um relatório que aponte os caminhos para a obtenção da licença após ouvir todos os apontamentos de órgãos de controle e sociedade organizada. Ao elaborar as condicionantes para a pavimentação, será possível montar um cronograma e tocar os projetos para implementar a rodovia.

“A nossa estratégia é desenvolver um relatório em que a gente aponte os caminhos para resolver o licenciamento ambiental junto aos órgãos de controle e para gente entender o que é necessário para fazer o licenciamento, combinar com esses órgãos qual é o desejo do projeto a ser apresentado do licenciamento de implantação e a gente fazer exatamente dentro dessa configuração para encurtar tempo e a gente conseguir viabilizar o início das obras de recuperação da rodovia”, completou.

#### **Responsabilidades**

Integrantes do grupo de trabalho do Ministério dos Transportes apresentaram à sociedade local os principais pontos da proposta estudada para pavimentar a rodovia, única ligação rodoviária de Manaus e Porto Velho com o resto do país. A BR-319 tem 885 quilômetros de extensão, sendo 193 quilômetros em Rondônia e 692 quilômetros no Amazonas.

“O relatório vai entregar um grande mapa de responsabilidades, metas e prazos de uma maneira nunca vista no contexto desse empreendimento para dizer as soluções viáveis encontradas com essas, os custos que elas apresentam. A gente precisa conjugar esforços, trabalhar com pragmatismo e bom compromisso ético, transparente, aberto, um diálogo construtivo como tem feito o Governo Federal. Essas audiências públicas são provas irrefutáveis disso”, afirmou o subsecretário de sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

#### **Participações**

Além de Santoro e de Benevides, participaram da reunião pelo Ministério dos Transportes a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, o subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides; diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o diretor-executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Carlos Barros. O debate ocorreu no auditório da Superintendência Regional do DNIT, em Porto Velho.



Estavam presentes também o vice-governador de Rondônia, Sérgio Gonçalves da Silva, e representantes de entidades como Ibama, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Polícia Rodoviária Federal, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon), Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) e Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Passageiros e Cargas no Estado de Rondônia (Sintrar).

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*  
*Data: 17/01/2024*

## BE NEWS

### BE NEWS – BRASIL EXPORT

#### EDITORIAL – COMPROMISSO BRASILEIRO

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O Fórum Econômico Mundial de Davos proporciona ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, uma plataforma crucial para discutir a transformação sustentável do Brasil. Em um painel conjunto com as ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Saúde, Nísia Trindade, Silveira destacou o compromisso do governo brasileiro na transição global de energia.

O grande desafio, conforme apontado pelo ministro, reside em garantir que a sustentabilidade seja implementada de maneira equitativa, considerando as disparidades sociais existentes no Brasil. A busca por justiça nesse contexto demanda a reindustrialização do País, uma estratégia para gerar empregos, renda e oportunidades. Nessa linha de ação, o desenvolvimento econômico da Nação se mostra integrado a seus esforços ambientais e de sustentabilidade, garantindo a força econômica – os recursos – para custear essa transição.

O Brasil, reconhecido por sua vocação para energias limpas e renováveis, precisa garantir que esses avanços beneficiem toda a população. O Governo destaca programas de expansão da energia eólica e solar como parte essencial dessa jornada.

Participar de discussões sobre transição energética e buscar investidores internacionais é parte integrante da agenda ministerial em Davos. A captação de recursos é vital para impulsionar a descarbonização da matriz energética brasileira, priorizando o uso de biocombustíveis e outras formas de energia limpa.

O comprometimento do ministro Alexandre Silveira em destacar a importância da transição energética para o Brasil durante esse fórum é essencial. A reunião com o ministro do Meio Ambiente suíço e a participação em encontros multilaterais, como o da Aliança Global de Biocombustíveis, demonstram uma abordagem abrangente e colaborativa.

Davos, neste ano, discute a reconstrução da confiança, e o papel do Brasil na transição de energia, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável é crucial. O país, ao adotar um modelo de desenvolvimento que combina crescimento econômico e responsabilidade ambiental, pode se tornar um líder na agenda global de sustentabilidade.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 17/01/2024*

#### NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### NOVO ATAQUE

Mais um navio foi atacado nesta semana por rebeldes Houthis no Mar Vermelho, que separa a África do Oriente Médio. A mais nova vítima foi o graneleiro Zografia, com bandeira de Malta, mas que





pertence à Grécia. Na terça-feira, dia 16, a embarcação foi atingida por um míssil a 76 milhas náuticas (cerca de 122 quilômetros) do Porto de Saleef, no Iêmen.

### **TAMBÉM POR MÍSSIL**

No dia anterior, o porta contêineres M/V Gibraltar, com bandeira das Ilhas Marshall, mas de propriedade dos Estados Unidos, também foi atingido por um míssil, mas a 177 quilômetros a sudeste do Golfo de Aden, que banha o Iêmen. Nos dois casos não houve danos significativos e os navios conseguiram seguir viagem.

### **RETALIAÇÃO**

Os ataques promovidos pelos houthis são uma retaliação à ofensiva de Israel contra o grupo terrorista palestino Hamas.

### **EMPREENDEDORISMO 1**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou ontem, dia 16, a lei que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que tem à frente o ex-governador de São Paulo Márcio França, uma das principais lideranças do PSB. A pasta foi criada pelo chefe do Executivo para abrigar o político, após França ter sido retirado do comando do Ministério de Portos e Aeroportos.

### **EMPREENDEDORISMO 2**

O novo ministério surgiu do desmembramento do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, atuando na gestão de programas de apoio, formalização de negócios e de estímulo ao microcrédito.

### **AVIAÇÃO 1**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu com o presidente da Infraero, Rogério Barzellay, nesta terça-feira, dia 16, em Brasília, para debater os planos da companhia para o ano e as políticas do setor. A pasta quer desenvolver 120 aeroportos nos próximos três anos, tendo a Infraero ao lado nesse projeto.

### **AVIAÇÃO 2**

“É a primeira visita que fazemos à Infraero para alinhar nossos esforços e superarmos os desafios. A Infraero é um avo importante para o País, e precisamos trabalhar cada vez mais juntos para cumprir a agenda da aviação civil brasileira. A orientação do presidente Lula é que trabalhemos em ações e iniciativas que visem o fortalecimento da estatal e do setor aeroportuário”, declarou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/01/2024

## **NACIONAL - À ESPERA DE LANÇAMENTO DO VOA BRASIL, COSTA FILHO ARTICULA POR FUNDO DE AVIAÇÃO CIVIL**

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

Em paralelo à articulação da obra do túnel Santos-Guarujá, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, tem se dedicado ao programa “Voa Brasil”, com previsão de lançamento para a primeira semana de fevereiro. De acordo com integrantes do seu gabinete, a estrutura técnica da proposta já está finalizada e o chefe da pasta está apenas esperando a data do anúncio. O programa visa oferecer passagens aéreas a R\$ 200 para determinados grupos da sociedade.

Silvio Costa Filho esteve na terça-feira, dia 16, reunido com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir a viabilidade do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). O intuito é destravar dois projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional para angariar investimentos para o setor aéreo.

Se aprovado pelos parlamentares, o FNAC terá capacidade para injetar até R\$ 8 bilhões em empréstimos que podem virar crédito para as empresas aéreas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/01/2024

## REGIÃO SUDESTE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL LANÇA MOVIMENTO ODS SANTOS 2030

Iniciativa visa unir empresas e instituições para buscar soluções para os desafios da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



*Imagem: Associação Comercial de Santos*

Em parceria com a Prefeitura de Santos, no litoral de São Paulo, a Associação Comercial de Santos (ACS) lançará o Movimento ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) Santos 2030 no próximo dia 30 de janeiro. O evento acontece às 11h, na sede da ACS (Rua XV de Novembro, 137 – Centro Histórico).

O objetivo da iniciativa é unir empresas e instituições para que possam criar soluções para alcançar as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015. No evento de apresentação do Movimento, as empresas interessadas em aderir ao projeto poderão assinar um termo de compromisso que inclui, entre outras ações, a participação nos eventos e reuniões do grupo.

As inscrições já estão abertas. O interessado deve assinar o termo de compromisso disponível no link [bit.ly/movimentoODS](http://bit.ly/movimentoODS). O documento digitalizado com a assinatura deve ser encaminhado ao e-mail [ods@acs.org.br](mailto:ods@acs.org.br).

Entre algumas das entidades que já se associaram ao Movimento, estão a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec), Fundação Parque Tecnológico de Santos (FPTS), Universidade São Judas, Modal GR, MS Content, ESLC – Consultoria, Projetos e Eventos e Instituto Recicla Mundo.

### O que é a Agenda 2030 da ONU

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), reunidos em Nova York, adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e se comprometeram a tomar medidas para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

A Agenda 2030 é um guia para a comunidade internacional e um plano de ação para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

Trata-se de um guia para governos, sociedade, empresas e universidades, no espírito de uma parceria global que deve orientar as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/01/2024

## NACIONAL - CRONOGRAMA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ EXCLUI SP DE FINANCIAMENTO

Governador Tarcísio de Freitas acusou o Governo Federal de reivindicar a paternidade da obra **DA REDAÇÃO** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br) e **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**O presidente da APS, Anderson Pomini, com o ministro de Portos, Silvio Costa Filho, e o secretário nacional, Alex Ávila: ele esteve em Brasília para discutir assuntos sobre o túnel Crédito: Reprodução/Instagram/Anderson Pomini**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Ministério de Portos e Aeroportos definiram o cronograma da obra do túnel imerso Santos-Guarujá, no litoral de São Paulo. De acordo com a programação, o Governo de São Paulo não irá participar do financiamento. As informações foram publicadas pela CNN Brasil e confirmadas pelo BE News.

O modelo da construção será a partir de uma Parceria Público-Privada (PPP), cujo leilão está previsto para acontecer em novembro deste ano. As obras devem começar em 2025, conforme adiantou ao BE News o próprio presidente da APS, Anderson Pomini. Ele esteve em Brasília na semana passada para tratar de assuntos relacionados ao túnel.

À CNN Brasil, ele revelou que a obra será capitaneada pelo Ministério de Portos e Aeroportos, em sintonia com a APS, “com o possível apoio do governo de São Paulo”. Segundo ele, a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) participaria por meio da renovação de licenças ambientais e na cessão do projeto de engenharia feito pela antiga estatal Dersa em 2012.

O valor estimado da obra está entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões. O Governo Federal aproveitará os cerca de R\$ 2,7 bilhões que a Autoridade Portuária de Santos tem em caixa. O resto do montante seria custeado pela iniciativa privada.

Conforme divulgado pela CNN Brasil e confirmado pelo BE News, o passo a passo da obra será distribuído da seguinte forma:

- 15/2, revisão final dos estudos
- 15/3, envio da proposta de PPP ao Tribunal de Contas da União (TCU)
- 15/4, abertura de consulta pública com duração de 30 dias
- 15/5, envio do edital e demais documentos ao TCU
- 15/6, conclusão de análise técnica pelo TCU
- 12/8, obtenção de aval do TCU em acórdão do plenário
- 1/9, publicação do edital do leilão
- 20/11, realização do leilão na B3
- 15/12, assinatura de contrato de PPP

O BE News apurou também que o cronograma da obra seria divulgado no próximo dia 2 de fevereiro, durante as comemorações do aniversário de 132 anos do Porto de Santos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, já confirmaram presença.



O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também é esperado.

### “Paternidade da obra”

Tarcísio de Freitas, se manifestou a respeito da exclusão do Governo de São Paulo no financiamento do túnel Santos-Guarujá. O governador criticou a postura do Governo Federal, a quem acusou de reivindicar a paternidade da obra. “É lamentável que se fique em uma disputa de paternidade da obra. Isso só atrapalha a vida do cidadão”, afirmou à CNN.

Segundo ele, o Governo não põe em prática a união que diz pregar. E uma forma de levar adiante o projeto sem entrar em questões políticas seria ter aberto uma consulta pública no último trimestre de 2023.

Tarcísio foi ministro da Infraestrutura no governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022) e sempre defendeu a desestatização do Porto de Santos, ideia rechaçada pelo governo Lula.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/01/2024**

## NACIONAL - SILVEIRA DESTACA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Ministro de Minas e Energia falou sobre o desafio de promover a sustentabilidade de forma igualitária para a população

Por **YUSEFE SIPP** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Alexandre Silveira participou do painel “Transformação sustentável do Brasil”, e falou sobre os programas de ampliação da energia eólica e solar desenvolvidos pelo Governo Federal Crédito: Divulgação/MME**

**SABEMOS DA NOSSA VOCAÇÃO DE SER O GRANDE CELEIRO DE ENERGIAS LIMPAS E RENOVÁVEIS. MAS COMO FAZER COM QUE ISSO SEJA JUSTO COM BRASILEIROS QUE PAGARAM POR ESSE PARQUE DE ENERGIA? REINDUSTRIALIZANDO O BRASIL E GERANDO EMPREGO, RENDA E OPORTUNIDADES”**

**ALEXANDRE SILVEIRA**  
*ministro de Minas e Energia*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, é um dos representantes do Brasil no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Na terça-feira (16), ele participou do painel “Transformação sustentável do Brasil”, ao lado das ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Saúde, Nísia Trindade, e destacou o comprometimento e a liderança do governo brasileiro na transição global da energia

Na opinião de Silveira, o desafio é promover a sustentabilidade de forma equitativa para a população diante das disparidades sociais no Brasil. “Sabemos da nossa vocação de ser o grande celeiro de energias limpas e renováveis. Mas como fazer com que isso seja justo com brasileiros que pagaram por esse parque de energia? Reindustrializando o Brasil e gerando emprego, renda e oportunidades”, afirmou o ministro, que também falou sobre os programas de ampliação da energia eólica e solar desenvolvidos pelo Governo Federal.

Durante o evento em Davos, que prossegue até sexta-feira, dia 19, Silveira participará de discussões sobre transição energética, buscando investidores internacionais. O objetivo é captar recursos e impulsionar a descarbonização da matriz energética brasileira, com a expansão do uso de biocombustíveis e outras formas de energia limpa no país.

Alexandre Silveira também tem outros compromissos agendados. Para esta quarta-feira (17) está programada uma reunião com o ministro do Meio Ambiente suíço, Alberto Rösti. Na manhã de

quinta-feira (18), Silveira participará de uma reunião multilateral da Aliança Global de Biocombustíveis, que inclui os principais produtores de combustível sustentável do mundo – Brasil, Estados Unidos e Índia -, além de outros 19 países e 12 organizações internacionais.

O Fórum Econômico Mundial de Davos começou na segunda-feira (15), discutindo o tema “Reconstruindo a confiança”. O evento também tem promovido o debate de assuntos relevantes, como transição de energia, mudanças climáticas, segurança global e desenvolvimento de inteligência artificial.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/01/2024**

## **NACIONAL - BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 3,5 BILHÕES NAS PRIMEIRAS SEMANAS DO ANO**

As exportações atingiram US\$ 12,272 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 8,776 bilhões

Por **YOUSEFE SIPP** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Nas duas primeiras semanas de janeiro, o setor de agropecuária registrou um crescimento nas exportações da ordem de 43,9%, mas teve queda de 10,2% nas importações Crédito: Saul Schramm/Governo do MS**

O Brasil registrou um saldo positivo na balança comercial nas duas primeiras semanas de janeiro. As exportações atingiram US\$ 12,272 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 8,776 bilhões. Esse desempenho resultou em um superávit de US\$3,496 bilhões.

O cenário destaca um início positivo para o comércio exterior brasileiro em 2024. No que diz respeito ao desempenho por setores, as exportações mostraram crescimento significativo em Agropecuária (43,9%), Indústria Extrativa (55,6%), e produtos da Indústria de Transformação (19,2%).

Já nas importações, houve uma queda de 10,2% em Agropecuária, uma redução de 17,7% em Indústria Extrativa, enquanto os produtos da Indústria de Transformação registraram um aumento de 7,0%.

Comparando as médias diárias de exportação até a segunda semana de janeiro de 2024 com o mesmo período de 2023, observa-se um crescimento notável de 31,6%. As importações também registraram um aumento de 4,6%.

Para o Governo Federal, o crescimento nas exportações e a corrente de comércio, aliados ao superávit acumulado, indicam um cenário promissor para a economia.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/01/2024**

## **REGIÃO SUDESTE - LEILÃO DA RECEITA TERÁ SMARTPHONES, NOTEBOOKS, DRONES E ACESSÓRIOS ELETRÔNICOS**

Certame está marcado para o próximo dia 30 e podem participar pessoas físicas e jurídicas

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

A Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, vai realizar no dia 30 de janeiro mais um leilão com mercadorias que foram abandonadas ou apreendidas. Segundo a Receita, serão leiloados itens como smartphones, smartwatches, notebooks, tablets, entre outros. O leilão será realizado de forma eletrônica.

Segundo anunciado pelo órgão federal, o período de recebimento das propostas de interessados vai das 8h do dia 25 de janeiro até as 21h do dia 29 do mesmo mês.



**A Receita Federal informa que as mercadorias do tipo “celular/acessório” não poderão ser comercializadas, ainda que arrematadas no leilão do dia 30 por pessoa jurídica**  
**Crédito: Divulgação/RFB**

A participação no leilão eletrônico por pessoas físicas e pessoas jurídicas se dará por meio do serviço “Sistema de Leilão Eletrônico”, acessado via Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) mediante o uso de identidades digitais da conta gov.br com nível de

confiabilidade Prata ou Ouro.

Ao todo, tratam-se de 74 lotes, que incluem smartphones, smartwatches, notebooks, tablets, switches, roteadores, modems, drones, câmeras fotográficas, filmadoras, componentes e periféricos de informática, acessórios e peças de celular, fones de ouvido, consoles de videogame, equipamentos de áudio e vídeo, projetores e antenas. A lista também conta com ferramentas, peças mecânicas, produtos químicos e têxteis, itens de pesca, artigos de tocador, carteiras, bolsas, calçados, vestidos, calças e jaquetas, assim como bicicletas e patinetes elétricos, automóveis, uma carreta e um cavalo mecânico.

Os lotes a serem leiloados estão em diversos locais e unidades da Receita Federal no estado de São Paulo, tais como Santos, São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Campinas, Araraquara, Sorocaba, São José do Rio Preto, Taubaté e Bauru.

Eles poderão ser examinados, mediante agendamento, em dias de expediente normal, nos endereços, datas e horários indicados no edital do leilão. A partir da arrematação, os licitantes terão 30 dias para retirada do lote.

Vale destacar que as mercadorias do tipo “celular/acessório” não poderão ser comercializadas, ainda que arrematadas por pessoa jurídica. Tanto o edital como a relação das mercadorias e as demais informações podem ser encontradas no site oficial da Receita Federal.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/01/2024**

## **REGIÃO SUDESTE - NOVO CAPITÃO DOS PORTOS DE SÃO PAULO É EMPOSSADO: “IMENSA RESPONSABILIDADE”**

Marcus André de Souza e Silva destacou desafios, como a atuação no Porto de Santos e a missão de GLO



**O capitão de mar e guerra Marcus André de Souza e Silva; o vice-almirante Marco Antônio Ismael Trovão de Oliveira e o capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá**  
**Crédito: Cássio Lyra/BE News**

Em cerimônia realizada na terça-feira (16), no Cais da Capitania dos Portos de São Paulo, no Porto de Santos (SP), aconteceu a transferência de cargo do novo capitão dos Portos do estado. Após dois anos, sai o capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá e assume o posto o também capitão de mar e

guerra Marcus André de Souza e Silva.





A solenidade de transferência de cargo foi presidida pelo vice-almirante Marco Antônio Ismael Trovão de Oliveira, comandante do 8º Distrito Naval.

Após ter sido empossado, o novo capitão dos portos comentou sobre a responsabilidade de assumir o cargo tendo em vista a importância do Porto de Santos e também durante o período que corresponde à missão da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) imposta pelo Governo Federal no ano passado e que prossegue em 2024.

“É uma emoção muito grande poder ser distinguido a esse cargo, que por si só já possui uma imensa responsabilidade, tratando-se de 196 municípios cobertos e o maior porto do país. Sabemos da responsabilidade da GLO, em que se aumenta a carga de trabalho, aumentam os esforços da capitania, e temos que desdobrar nossos militares para servir àquela missão”, declarou.

Segundo o comandante Souza e Silva, esta será a primeira vez em que ele estará sob o comando de uma organização militar de tráfego aquaviário.

O novo capitão dos Portos de São Paulo seguirá na função até o final de 2026. Natural do Rio de Janeiro (RJ), o oficial também atuou como chefe de gabinete do Estado-Maior da Armada e tem em seu currículo outras atribuições, tais como a atuação no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o posto de instrutor na Academia Naval dos Estados Unidos.

Marcus André de Souza e Silva ingressou na Guarda-Marinha em dezembro de 1997. Ele comandou diversas embarcações militares e coleciona condecorações, como a medalha da Ordem do Mérito Naval, a mais alta condecoração da Marinha do Brasil.

O novo capitão dos Portos substitui Robledo de Lemos Costa e Sá, que estava no cargo desde janeiro de 2022.

A cerimônia reuniu autoridades como Rogério Santos (Republicanos), prefeito de Santos; Anderson Pomini, diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS); representantes dos terminais portuários e demais oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 17/01/2024**



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### LUIZ MARINHO QUER APRIMORAR LEI Nº 8.213/91 PARA AMPLIAR INCLUSÃO DE PCDS NO MERCADO DE TRABALHO

**Informações: Ministério do Trabalho e Emprego (17 de janeiro de 2024)**

“Precisamos aprimorar a Lei para possibilitar maior inclusão de pessoas com deficiência pelas empresas”, defende o ministro

O aprimoramento da Lei Nº 8.213/91 e a ampliação do acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, como preconiza a legislação, foi o principal tema da audiência do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, com a presidenta da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD), Cléo Bohn, acompanhada da representante da Associação Nacional do Emprego Apoiado (Anea), Paloma Pediani, e do coordenador geral de Relações Institucionais do Ministério dos Direitos Humanos, Antonio José Ferreira, nesta segunda-feira (15) em Brasília.

“Estamos em busca de caminhos que permitam a ampliação do acesso desta parcela da população ao mercado de trabalho”, declarou Marinho na audiência. Ele avalia que é necessário um amplo debate, envolvendo ministérios, trabalhadores e trabalhadoras alcançados pela Lei de Cotas para



PCDs e representantes das diversas entidades da sociedade civil. “Não ocorrerá nenhuma decisão do governo sem que haja um amplo diálogo envolvendo as partes pertinentes para a busca do consenso em relação ao tema”, garantiu. “O que estamos buscando é garantir a aplicação deste direito”, frisou o ministro na audiência.

Na avaliação de Cléo Bohn, o governo passado foi marcado por ações que representaram um profundo retrocesso para as pessoas com deficiência. “O ponto alto do desmonte foi o Decreto que abriu a possibilidade de volta da educação segregada (especial), que tanto lutamos para acabar”, explicou Bohn, ressaltando que “um dos principais fatores para que este tipo de medida prospere é o desconhecimento, quase generalizado, das muitas capacidades das PCDs”, avalia.

Segundo a presidente da FBASD, a gestão do presidente Lula “marca o início de uma nova fase de desenvolvimento para as pessoas com deficiência”.

Antonio José Ferreira, afirmou que o Ministério do Trabalho e Emprego contribuirá com o Novo Plano Viver Sem Limites, lançado no final do ano passado pelo governo federal. “A participação do Ministério do Trabalho e Emprego na nova versão do plano possibilitará um olhar para as peculiaridades deste universo no mundo do trabalho”, afirmou ele.

Estrada – Luiz Marinho relembrou sua passagem como prefeito de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, quando enfrentou diversos obstáculos para a implantação da educação inclusiva nas escolas do município. “A maior resistência naquele momento era das mães dos estudantes nesta condição”, lembrou, salientando que três anos após o início da transformação, conseguiu reverter a percepção dessas mães, demonstrando as vantagens desta política. “Muitas mães vieram me agradecer ao ver o desenvolvimento alcançado pelas suas crianças”, rememorou.

Grupo de Trabalho – Ao fim da reunião, ficou decidida a criação de um Grupo de Trabalho com tempo de duração delimitado e participação de todos os atores sociais para estabelecer o que é necessário para o aprimoramento da Lei Nº 8.213/91 e sua plena execução. Atualmente, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apenas 2,5% das vagas nas empresas com mais de 1.000 empregados estão destinadas a PCDs e pela lei deveriam ser de 5%.

Instituída em julho de 1991, a Lei determina que empresas com mais de 100 funcionários devem reservar entre 2% a 5% das vagas para contratar pessoas com deficiência e, segundo Marinho, “o MTE vem atuando em sua gestão para o desenvolvimento de políticas positivas para o cumprimento da meta pelas empresas e ampliando a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho”

Dados do Censo 2022 revelou que um total de 19 milhões de pessoas com 2 anos ou mais tinham alguma deficiência, representando 8,9% da população brasileira nessa faixa etária, estando 5,1 milhões delas inseridas no mercado de trabalho, enquanto 12 milhões não tinham nenhuma ocupação, formal ou informal. Em outras palavras, 29,2% das pessoas com deficiência estão empregadas contra 66,4% do grupo sem deficiência.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 17/01/2024**

## **MAERSK E HAPAG-LLOYD ESTÃO INICIANDO UMA COOPERAÇÃO OPERACIONAL**

**Informações: Maersk (17 de janeiro de 2024)**

A parceria com a Maersk nos ajudará a impulsionar ainda mais a qualidade que oferecemos aos nossos clientes. Além disso, iremos beneficiar de ganhos de eficiência em nossas operações e de esforços conjuntos para acelerar ainda mais a descarbonização da nossa indústria.

Rolf Habben Jansen CEO da Hapag-Lloyd – “A nova colaboração entre a Hapag-Lloyd e a Maersk compreenderá uma frota de cerca de 290 embarcações com uma capacidade combinada de 3,4 milhões de contentores (TEU); a Maersk implantará 60%, e a Hapag-Lloyd 40%. Estamos satisfeitos



em entrar nessa colaboração com a Hapag-Lloyd, que é a parceira oceânica ideal em nossa jornada estratégica. Ao ingressar nessa colaboração, estaremos oferecendo aos nossos clientes uma rede oceânica flexível que elevará o padrão de confiabilidade na indústria. Isso fortalecerá nossa oferta de logística integrada e atenderá às necessidades de nossos clientes.”

Vincent Clerc CEO da Maersk – “Como parte do acordo, as duas empresas estabeleceram a ambiciosa meta de oferecer uma confiabilidade de cronograma superior a 90% assim que a rede estiver totalmente implementada. Além da melhoria na qualidade do serviço, os clientes também se beneficiarão de tempos de trânsito aprimorados em muitos dos principais corredores portuários e acesso a alguns dos centros oceânicos mais bem conectados do mundo.”

Ambas as empresas estão comprometidas com a descarbonização de suas frotas e estabeleceram as metas mais ambiciosas de descarbonização na indústria, com a Maersk mirando emissões líquidas zero até 2040 e a Hapag-Lloyd até 2045.

Como consequência da adesão a esta colaboração, a Hapag-Lloyd deixará a THE Alliance no final de janeiro de 2025. Em janeiro de 2023, a Maersk e a MSC anunciaram que a aliança 2M terminará em janeiro de 2025.

Durante 2024, a Maersk e a Hapag-Lloyd planejarão cuidadosamente a transição de suas alianças atuais para a nova colaboração operacional. Ao mesmo tempo, o serviço aos clientes continuará de acordo com os acordos existentes.

Mais detalhes sobre a “Cooperação Gemini”, incluindo os novos horários das embarcações, serão anunciados oportunamente, assim que estiverem disponíveis.

### **Sobre a nova rede**

- A “Cooperação Gemini” será uma colaboração operacional de longo prazo iniciada em fevereiro de 2025. Ambas as empresas fornecerão equipes operacionais dedicadas para gerenciar a colaboração.
- Tanto a Hapag-Lloyd quanto a Maersk podem ajustar com flexibilidade suas operações fora da rede para dimensionar a capacidade de acordo com as necessidades de seus clientes.
- Como parte do acordo, as duas empresas estabeleceram a ambiciosa meta de oferecer uma confiabilidade de cronograma superior a 90% assim que a rede estiver totalmente implementada. Este objetivo é respaldado por um robusto modelo de governança e obrigações contratuais.
- A “Cooperação Gemini” aproveitará as redes globais combinadas e a presença terminal incomparável da Hapag-Lloyd e da Maersk, assim como a ampla expertise em logística de suas equipes. A colaboração compreende cerca de 290 embarcações com capacidade combinada de 3,4 milhões de contêineres (TEU); a Maersk implantará 60%, e a Hapag-Lloyd 40%.
- A colaboração abrangerá 7 comércios: Ásia/Costa Oeste dos EUA, Ásia/Costa Leste dos EUA, Ásia/Oriente Médio, Ásia/Mediterrâneo, Ásia/Norte da Europa, Oriente Médio – Índia/Europa e Transatlântico.
- A “Cooperação Gemini” será composta por 26 serviços principais. Os principais serviços marítimos serão complementados por uma rede global de transportes dedicados centrados em centros de transbordo próprios e/ou controlados – dos quais 14 serviços de transporte na Europa, 4 no Médio Oriente, 13 na Ásia e 1 no Golfo do México. Estes serviços de transporte oferecerão uma ligação rápida com capacidade flexível entre centros e portos servidos por serviços de transporte e vice-versa.

### ADM FAZ PRIMEIRAS ENTREGAS DE SOJA RASTREÁVEL DOS EUA À EUROPA

*Informações: Globo Rural (17 de janeiro de 2024)*

Empresa pretende expandir esse movimento para outros locais na América do Norte

A ADM anunciou que carregou e despachou seus primeiros navios de soja totalmente rastreada dos EUA para a Europa.

Com a conclusão das fases iniciais do programa, a empresa pretende agora expandir esse movimento para outros locais na América do Norte na temporada de cultivo de 2023/24.

Rastrear soja é uma consequência de seu programa de grãos com Certificação Internacional de Sustentabilidade e Carbono (ISCC), que visa saber como o grão foi cultivado, onde, até seu destino final.

Segundo a companhia, o programa piloto de 2023 entregou 64 mil toneladas de soja totalmente rastreada a clientes europeus.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 17/01/2024*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### EDP RENOVÁVEIS INICIA OPERAÇÃO DE USINA HÍBRIDA EÓLICA-SOLAR NA ESPANHA

Primeiro complexo híbrido da Espanha deve produzir mais de 58 GWh de eletricidade por ano

*Por epbr 17 de janeiro de 2024 Em Empresas, Energia solar, Eólica, Internacional*



**Complexo híbrido eólico-solar na Espanha deve produzir mais de 58 GWh de eletricidade por ano (Foto: Divulgação)**

BRASÍLIA — A EDP Renováveis (EDPR) anunciou nesta quarta (17/1) o início das operações do primeiro parque eólico-solar híbrido da Espanha, com previsão de produzir mais de 58 GWh de eletricidade por ano.

Localizado em Santa María del Cubillo, na província de Ávila, na zona central do país, o parque eólico Cruz de Hierro tem 22 turbinas eólicas, capacidade instalada de 14,5 MW e está em operação desde 2000. Agora, com mais de 25 mil painéis solares fotovoltaicos bifaciais instalados no mesmo local, o complexo quase dobrará a capacidade, para 28,75 MW.

A EDPR foi a primeira empresa na Espanha a receber, em junho de 2023, autorização do IDAE (Instituto para a Diversificação e Economia de Energia) para ligar à rede um parque híbrido que combina estas duas tecnologias.

A geração renovável deve evitar a emissão de mais de 24 mil toneladas de CO2 por ano, o que corresponde à captura de mais de 40 mil árvores adultas, calcula a companhia.



### Aposta na hibridização

Segundo a EDPR, mais de 15 projetos de hibridização eólica-solar estão em desenvolvimento e devem adicionar mais de 230 MW de capacidade renovável ao país nos próximos anos.

A companhia avalia que a hibridização de projetos em operação promove a complementaridade de fontes de energia, porque quando uma fonte está inativa — por exemplo, quando não há sol —, a outra pode garantir energia e contribuir para a estabilidade da eletricidade fornecida à rede, uma das principais preocupações do setor.

Em agosto do ano passado, anunciou a instalação de um complexo deste tipo na Polônia, com a conexão de um parque fotovoltaico de 45 MW ao parque eólico de Pawlowo, de 79,5 MW.

Com este projeto, a EDP Renováveis torna-se a primeira empresa a lançar projetos com tecnologias híbridas em Portugal, Espanha e na Polônia.

Na Espanha, a expectativa é colocar outros dois parques híbridos em operação nos próximos meses.

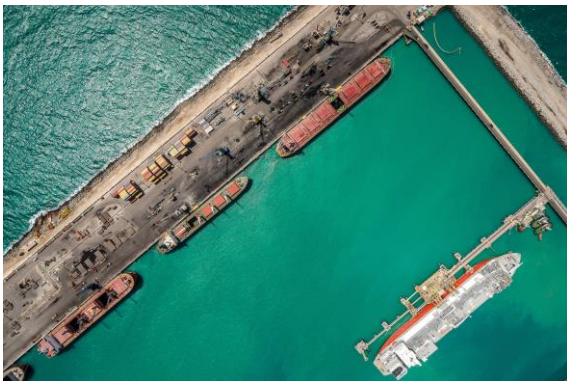
*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 17/01/2024*

### BP FIRMA MEMORANDO PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE E DERIVADOS NO CEARÁ

A companhia atualmente desenvolve mais de dez projetos de produção de hidrogênio azul e verde pelo mundo

*Por Gabriel Chiappini 17 de janeiro de 2024 Em Hidrogênio, Transição energética*



**Hub de hidrogênio do Pecém, no Ceará, tem 36 MoUs e 4 pré-contratos assinados (Foto: Divulgação)**

A petroleira britânica bp assinou, nesta terça (16/1), um Memorando de Entendimento (MoU) com o governo do Ceará para estudar a construção de uma planta de produção hidrogênio verde e derivados, como a amônia verde, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Esse é o 36º memorando assinado entre o governo e empresas nacionais e estrangeiras para o desenvolvimento de um hub de hidrogênio verde no Pecém, além de quatro pré-contratos firmados já firmados – Fortescue, AES, Cactus e Casa dos Ventos.

“O Porto do Pecém é uma das melhores áreas para desenvolver o projeto do hidrogênio verde. A molécula de hidrogênio é fundamental para a transição energética na indústria”, disse o diretor global de novos negócios da bp, Ian Spafford.

“A bp está trabalhando diligentemente com os diversos segmentos no mundo, principalmente nos Estados Unidos, para viabilizar essa transição. Já estamos trabalhando para criar essa demanda. Temos todo o interesse em acelerar ao máximo esse processo”, completou.

A companhia atualmente desenvolve mais de dez projetos de produção de hidrogênio azul e verde na Europa, EUA e Austrália, que somam um pipeline de 2,8 milhões de toneladas por ano de capacidade de produção.

### Interesse pelo Ceará

A bp, por meio da Lightsource bp, já está investindo R\$ 1,4 bilhão em energia solar no Ceará, em dois parques fotovoltaicos. A UFV Milagres entrará em operação neste ano, terá capacidade de 202 MW e receberá um investimento de R\$ 600 milhões. Já o parque de Icó terá uma potência de 265 MW e um investimento de R\$ 820 milhões.

Em 2022, a bp e o Ceará também já haviam assinado um memorando de entendimento para implantação de hub de gás natural no Porto do Pecém. Mas os planos da companhia mudaram.

“Nós já conversamos com a bp antes de surgir as oportunidades em relação ao hidrogênio verde, porque [o grupo] interessaria ao Ceará na área de gás. Agora, eles estão firmes no objetivo de produzir hidrogênio verde e amônia verde no estado”, afirmou a secretária de relações internacionais, Roseane Medeiros.

A importância dessa parceria também foi enfatizada pelo presidente do CIPP, Hugo Figueirêdo.

“É fundamental o Hub de Hidrogênio Verde ser reconhecido pelas maiores empresas de energia do mundo. Ter a bp como parceria no desenvolvimento do Hub mostra como estamos avançados na estratégia de descarbonização”, complementou.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 17/01/2024*

## CHEVRON VAI PRODUZIR E ESTOCAR HIDROGÊNIO VERDE PARA ABASTECER TÉRMICA NOS EUA

Projeto da companhia prevê armazenar o gás em cavernas de sal para atender a demanda de uma térmica

*Por Gabriel Chiappini 17 de janeiro de 2024 Em Empresas, Hidrogênio, Internacional*



**Planta termelétrica nos EUA (Foto: Leeroy Agency/Life-Of-Pix/Pixabay)**

A Chevron, por meio da subsidiária Chevron New Energies, iniciou a construção de uma planta de produção de hidrogênio verde em Utah, nos Estados Unidos. Segundo reportagem do New York Times, a companhia, em parceria com a Mitsubishi Power Americas, espera estocar o hidrogênio em cavernas de sal, para produção de eletricidade em uma térmica da região.

O projeto, previsto para operar em 2025, é tocado por uma joint venture entre as duas empresas, a Aces Delta, e está concebido para converter e armazenar até 100 toneladas por dia de hidrogênio verde, produzido via eletrólise.

A ideia é que o hidrogênio estocado possa funcionar como uma bateria e, ao ser usado na térmica, possa compensar a intermitência das energias renováveis, que não podem despachar energia 100% do tempo.

A Intermountain Power Agency é a responsável por construir a nova usina térmica que receberá o hidrogênio – com previsão de entrar em operação também em 2025 –, substituindo, assim, a demanda da atual usina a carvão que atende a região. A nova planta vai funcionar com 30% de hidrogênio e o restante de gás natural.

“É uma pequena mudança de paradigma (...) Estamos fabricando hidrogênio como transportador de armazenamento de energia”, disse John Ward, porta-voz da Intermountain Power Agency, ao NYT.

### Incentivos ao hidrogênio

O projeto da Chevron foi beneficiado com US\$ 504 milhões em créditos do Departamento de Energia dos Estados Unidos (DoE), dentro do programa de incentivo ao hidrogênio limpo no país.

Recentemente, os EUA anunciaram os hubs de hidrogênio limpo, que receberão US\$ 7 bilhões em incentivos, como previsto na Lei Bipartidária de Infraestruturas. O estado de Utah não está contemplado.

A petroleira também desenvolve junto à Air Liquide, e outras companhias, um estudo conjunto para a produção de hidrogênio e amônia (via eletrólise e gás natural com captura e armazenamento de carbono) ao longo da Costa do Golfo dos EUA.

A instalação pode apoiar a descarbonização industrial e a mobilidade na região, além de permitir a exportação de amônia limpa.

Outra parceria da Chevron envolve a Solar Turbines, da Caterpillar, que pretende produzir motores de turbina alimentados por hidrogênio. A mistura de hidrogênio com combustíveis fósseis poderia ajudar a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*  
*Data: 17/01/2024*

## GOVERNO ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA ENQUADRAR MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA NO REIDI

Desde agosto de 2022, projetos de minigeração distribuída passaram a ser prioritários para receber os benefícios fiscais, mas demora na regulamentação tem impedido o enquadramento

*Por epbr 17 de janeiro de 2024 Em Energia solar, Política energética, Setor elétrico*



**Usina solar instalada na cobertura de um prédio (sede do MME) do governo federal (Foto: José Cruz/Agência Brasil)**

BRASÍLIA – O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou, nesta quarta (17/1), a portaria que abre a Consulta Pública sobre os procedimentos para empresas geradoras solicitarem enquadramento de projetos de minigeração distribuída no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

A agência epbr antecipou em dezembro que o governo planejava colocar em consulta uma minuta de normativo para regulamentar o artigo da Lei 14.300/2022 que estabelece os projetos de minigeração distribuída como prioritários para receber os benefícios fiscais.

O regime concede isenção de PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção, mas a demora na regulamentação do texto criou barreiras para os empreendimentos conseguirem enquadramento e geradores passaram a recorrer à Justiça para conseguir o incentivo.

Em outubro de 2023, o MME aprovou, sub judice, o primeiro enquadramento de um projeto de geração distribuída. A Oasis Solar Central conseguiu a aprovação após um processo movido na Justiça contra o MME, a União e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### Consulta pública

A consulta pública ficará aberta por 30 dias, a partir de hoje (17), e receberá contribuições sobre a minuta de portaria definindo os passos a serem seguidos pelos geradores para solicitar o enquadramento dos seus projetos no Reidi.

A solicitação de enquadramento deverá ser feita à distribuidora de energia elétrica em que a unidade consumidora estiver conectada. Veja aqui a minuta

Também indica, entre outros pontos, o limite de referência para investimentos em centrais de minigeração distribuída para receber o benefício, que varia de acordo com a fonte.

Para solar fotovoltaica (incluindo flutuante) e térmica (todos os tipos, incluindo cogeração qualificada), o limite é de 4.000 R\$/kW de potência instalada. Hídrica (CGH) tem limite de 5.000 R\$/kW e eólica 4.500 R\$/kW.

**Fonte: Agência EPBR de Notícias**  
**Data: 17/01/2024**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### MILEI DIZ QUE QUER MANTER 'RELAÇÃO ADULTA' COM O BRASIL

Em seu discurso no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o presidente argentino disse que quer manter relações comerciais com o país e trabalhar para ingressarem na OCDE

*Por Valor — Davos, Suíça*



**Javier Milei diz em Davos que quer manter uma relação adulta com o Brasil — Foto: Anita Pouchard Serra/Bloomberg**

Em apresentação no principal salão do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o presidente da Argentina, Javier Milei, encontrou uma plateia pouco empolgada - os aplausos vinham dos ocupantes das cadeiras onde sua equipe estava concentrada.

Questionado sobre como será sua relação com o Brasil, ao fim de sua apresentação, Milei disse que “vai manter um uma relação adulta”.

Por “relação adulta”, Milei explicou que quer manter as relações comerciais e trabalhar junto com Brasil para entrarem na OCDE.

Em sua estreia internacional como presidente da Argentina, Milei afirmou que "o Ocidente está em perigo", argumentando que os valores estão "cooptados com uma visão de mundo que inexoravelmente leva ao socialismo". Ele apresentou suas ideias contra o que chama de "casta política" que quer "manter seus privilégios".

Disse também que "o feminismo radical não contribuiu em nada para a sociedade", pois resultou na "intervenção do Estado para dificultar o processo econômico e dar trabalho aos burocratas", e criticou a "tragédia do aborto".

Milei era aguardado com curiosidade em Davos após lançar por decreto uma série de medidas ultraliberais em uma Argentina atormentada pela inflação, depois de assumir o mandato há pouco mais de um mês.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 17/01/2024**



### HADDAD É O PRIMEIRO MINISTRO DA FAZENDA A NÃO IR A DAVOS DESDE 2013

Brasil é representado por Marina Silva e Alexandre Silveira em evento do Fórum Econômico Mundial  
*Por Alvaro Gribel — Brasília*



***O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos em 2023 — Foto: Divulgação/World Economic Forum/Sandra Blaser***

A reunião da elite econômica mundial em Davos, na Suíça, que ocorre tradicionalmente nos meses de janeiro de cada ano, não contou com a presença do ministro da Fazenda brasileiro, Fernando Haddad.

Essa foi a primeira vez desde 2013 que o ocupante do cargo brasileiro deixou de ir ao encontro do Fórum Econômico Mundial, considerando os eventos presenciais. Naquele ano, o então ministro Guido Mantega não foi ao evento.

Em 2021, o então ministro da Economia Paulo Guedes cancelou de última hora a participação em um painel virtual do Fórum, mas o evento não era presencial, por causa das medidas de isolamento provocadas pela pandemia de Covid-19.

No ano passado, Haddad esteve no encontro, e participou de painel ao lado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que também foi neste ano. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também representou o governo.

Segundo o Ministério da Fazenda, Haddad decidiu ficar no Brasil para cuidar de assuntos internos, além de reuniões sobre a presidência do Brasil do G20.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 17/01/2024**

### REFORMA ADMINISTRATIVA: PROPOSTA DO GOVERNO PREVÊ MUDANÇA NA AVALIAÇÃO E FIM DO PONTO

Discussões incluem metas para entregas de resultado, progressão mais lenta na carreira e salário inicial menor

*Por Renan Monteiro e Victoria Abel — Brasília*



***A ministra da Gestão, Esther Dweck, Fernando Haddad, da Fazenda, e Arthur Lira, presidente da Câmara — Foto: Wilson Dias/Agência Brasil; Cristiano Mariz/Agência O Globo; Brenno Carvalho/Agência O Globo***

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva já discute um modelo próprio de Reforma Administrativa. A ideia é evitar que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), leve adiante o modelo proposto durante o governo Jair Bolsonaro em 2020.

A proposta defendida por Lira reduz a estabilidade de servidores, entre outros pontos dos quais o governo atual discorda. (Veja abaixo as sugestões do governo) Líderes do Congresso veem com ceticismo o andamento da pauta em razão das eleições municipais e da falta de empenho da União.

Para enfrentar esse debate, o governo se prepara para defender uma tese contra uma reforma voltada exclusivamente para o enxugamento da máquina pública. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, comandado por Esther Dweck, e a equipe de Haddad têm o entendimento de que a reestruturação da carreira tem como premissa central a melhora na prestação do serviço público.



Integrantes do Ministério da Fazenda afirmam concordar com uma Reforma Administrativa com tópicos como revisão do métodos de avaliação de servidores e progressões de carreira mais lentas, além de salários iniciais mais baixos. Mas avaliam que acabar apenas com a estabilidade do servidor, o principal enfoque da proposta em discussão na Câmara, não trará impacto direto no corte de despesas no médio prazo.

### **Ponto a ponto: Veja as propostas do governo**

- Troca do controle de ponto por produtividade: Pelo Programa de Gestão e Desempenho (PGD), o tradicional registro de ponto é substituído pelo acompanhamento das entregas e metas compatíveis dos funcionários. O governo quer aumentar a produtividade dos servidores.
- Concurso Nacional Unificado para escolha de servidores: A unificação de concursos para realização em todo o Brasil busca descentralizar o acesso aos serviços públicos. Quem ficar no cadastro de reserva também poderá ser convocado para suprir eventual necessidade de contratação temporária.
- Progressão mais lenta de carreiras e salários iniciais menores: Uma ideia em discussão é reduzir a velocidade na progressão das carreiras, já que hoje se chega ao topo em poucos anos. Além disso, os salários iniciais podem ficar menores. Há vagas com remuneração de mais de R\$ 20 mil nos concursos deste ano.
- Fim dos penduricalhos com supersalários: O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende projeto que regulamenta o teto do funcionalismo. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 2021, e retornou para o Senado, onde ainda aguarda uma definição.

### **Metas para entregas**

Eles afirmam ainda que seria injusto discutir o fim de um benefício sem discutir outras despesas, como a regulamentação do teto salarial, e benefícios a militares. Argumentam que o esforço precisa ser feito coletivamente, e não jogar o peso do déficit fiscal apenas no colo do servidor do Executivo federal.

No entendimento do atual governo, a Reforma Administrativa correta seria um arcabouço de medidas, incluindo novos encaminhamentos e projetos já lançados, como o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) — para guiar o trabalho por metas de entrega e não por horários — ou o novo modelo de realização de concursos públicos unificados, inspirado no Enem.

O PGD foi regulamentado em 2022 na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, prevendo que o desempenho dos servidores seria avaliado “por resultados” e pela “qualidade dos serviços prestados à sociedade”, e não por frequência. O governo Lula continuou com essa premissa e detalhou mais o programa com duas instruções normativas publicadas em 2023 — uma delas nos últimos dias do ano.

É previsto, em caso de descumprimento do plano, desconto na folha de pagamento do funcionário público. Uma métrica de cálculo sobre quanto seria o desconto ainda será definida.

Os órgãos que aderirem ao programa devem organizar a sua força de trabalho pensando em ampliar a produtividade por áreas. Os servidores que forem entrando assinam um termo de responsabilidade com a chefia e passam a atuar com base em um plano de trabalho individual, como metas específicas.

— Quando você migra para o PGD, o objetivo da avaliação que vai ser usada, sobre como o servidor trabalhou, é o plano de trabalho dele. Na condição de não entrega ou entrega inadequada, se a chefia avaliar assim, o servidor vai repactuar um novo plano de trabalho — afirmou o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão, José Celso Cardoso Jr.



No formato tradicional, pelo controle de frequência, o servidor pode ser punido com abatimento do salário se descumprir a jornada de trabalho prevista.

O governo prevê uma ampla adesão ao PGD, ao entender que a não necessidade de bater ponto — que será substituído por um controle de produtividade — será um atrativo. O ministério da Gestão está elaborando um sistema unificado que vai permitir a avaliação em tempo real da chefia sobre o desempenho do servidor. Até o momento 151 instituições estão no PGD, em processo de adaptação às novas regras.

— Temos dito que, no fundo, esse e outros projetos compõem um Reforma Administrativa voltada para a melhoria do desempenho, que já estão sendo implementados de modo infraconstitucional — disse o secretário de Gestão de Pessoas, ao mostrar as diferenças em relação à proposta de emenda à Constituição no Congresso.

Outro ponto em avaliação, como parte da Reforma Administrativa, é reduzir o número de carreiras do serviço público federal do total de 150 para algo entre 20 a 30. Além disso, uma possibilidade que ainda está sendo discutida internamente, é reduzir o salário inicial de novos servidores concursados (que ainda vão ocupar as vagas), de forma a aproximar as remunerações de entrada do setor privado.

### **Teto do funcionalismo**

Para fechar a torneira para penduricalhos nos chamados “supersalários”, por exemplo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende um projeto que regulamenta o teto do funcionalismo. O texto foi aprovado na Câmara em 2021 e retornou ao Senado, onde aguarda definição.

A assessoria do presidente da Câmara afirma que o deputado vai colocar a PEC 32, proposta por Bolsonaro, em discussão neste primeiro semestre de 2024, junto ao colégio de líderes.

De acordo com assessores, Lira defende que o governo reduza suas despesas, e a Reforma Administrativa é um caminho por dar maior racionalidade ao sistema de atendimento do serviço público. Lira pondera, no entanto, que as novas regras só passarão a valer para os novos servidores, garantindo direitos adquiridos dos servidores da ativa e dos aposentados.

A discussão de uma reforma tem resistências na Congresso em razão do ano de eleições municipais, o que leva os parlamentares a evitarem temas polêmicos. Além disso, o tempo é considerado curto e existe a necessidade de o governo apoiar a proposta para que ela caminhe com maior facilidade.

— Eu acho que tem como avançar, se tiver ajuda do governo. A reforma mexe em 100% na estrutura governamental, não acho que prospera sem aval do governo e não acho que Lira queira tocar o assunto de qualquer jeito, a qualquer custo — disse o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL).

### **Risco do ano eleitoral**

Deputados do centrão, que inclui partidos como PP, Republicanos e União Brasil, ressaltaram ao GLOBO, sob sigilo, que mexer com o funcionalismo público em ano eleitoral pode gerar rejeição. As eleições de prefeitos são essenciais na construção da base política dos parlamentares, principalmente dos deputados.

— É uma reforma necessária para o Estado. Mesmo com as eleições, daria para fazer, mas o Poder Executivo precisa se envolver nisso. A iniciativa do Lira é válida, mas tem que ter uma sintonia. Uma reforma dessa magnitude é sensível para aprovar — afirmou o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA).

Lideranças afirmam que um novo texto pode ser construído junto com o governo em cima da PEC de Bolsonaro.

— A reforma administrativa é uma necessidade do país, como outros temas difíceis já enfrentados pela Câmara. Vamos trabalhar no melhor texto possível — disse o líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (PP-RJ).

A PEC 32 está parada na comissão especial da Câmara dos Deputados desde setembro de 2021.

— Nada impede que um novo formato seja trabalhado no bojo da PEC que já está em tramitação, o que ajuda a ganhar tempo. Equilíbrio fiscal não se faz apenas pelo lado da receita, aumentando impostos e arrecadação. Pode e deve ser feito também pelo lado da despesa, ao melhorar a qualidade do gasto público e diminuir custos — reforçou o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB).

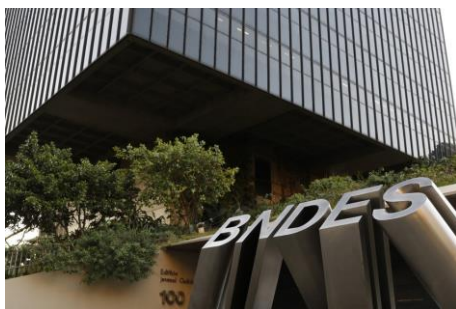
*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 17/01/2024*

### **FINANCIAMENTOS DO BNDES PARA INFRAESTRUTURA SUPERAM R\$ 57 BI EM 2023, ALTA DE 24%. SANEAMENTO E ENERGIA LIDERAM**

Diretora do banco de fomento prevê novo aumento nos desembolsos para a área neste ano

*Por Eliane Oliveira — Brasília*



*A sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio — Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil*

A diretoria de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES aprovou, em 2023, R\$ 57,4 bilhões em projetos de infraestrutura e em transição energética, valor 24% superior ao contabilizado em 2022 e o maior dos últimos cinco anos.

Repassados ao GLOBO em primeira mão, os números surpreenderam a própria diretoria do banco de fomento, que espera um aumento ainda maior em 2024, graças, principalmente, à queda das taxas de juros no país e à posição de liderança do Brasil na defesa da energia renovável.

Segundo Luciana Costa, diretora responsável pela área, o total aprovado vai mobilizar R\$ 132 bilhões em projetos. A instituição costuma financiar parte dos empreendimentos, em conjunto com outros investidores.

— Quando cheguei ao banco, no início do ano passado, depois de 25 anos no setor privado, jamais imaginei que haveria crescimento na aprovação de crédito — afirmou.

Mesmo com a Taxa de Longo Prazo (TLP) sem redutor desde o ano passado, a demanda por empréstimos cresceu. Do total aprovado em 2023, os desembolsos foram de R\$ 36,1 bilhões, montante 27% superior ao registrado no ano anterior.

Ela também apontou como destaque do ano o fato de o BNDES participar da emissão de 16 debêntures. O total apurado ficou em R\$ 14,5 bilhões.

— Começamos a usar esse instrumento com mais frequência e a importância de apoiarmos as emissões é que o mercado de capitais no Brasil não tem muita profundidade ou volume.

Entre as prioridades do banco está o saneamento básico, que ficou com R\$ 10,5 bilhões em projetos no Rio, no Amapá e no Paraná. Energia eólica e mobilidade urbana são outros exemplos. A diretora disse que o Rio tem o maior projeto de saneamento do Brasil, com investimentos que chegam a R\$ 32 bilhões.



Citou, ainda, o apoio do banco à operação da Atlas Renewable Energy e a Albras, com um empréstimo de US\$ 450 milhões para a construção de um complexo de 18 usinas fotovoltaicas, 22 quilômetros de transmissão e uma subestação coletora no município de Janaúba, em Minas Gerais. Foi o maior financiamento em dólares para geração de energia renovável já realizado pela instituição.

Em mobilidade, mencionou a aprovação de R\$ 10 bilhões para o financiamento de dois projetos do Novo PAC, para o Estado de São Paulo. Um deles, no valor de R\$ 6,4 bilhões, é para realização de aportes públicos no projeto de implantação do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC Eixo Norte), que ligará São Paulo a Campinas.

Os outros R\$ 3,6 bilhões são para a aquisição de 44 trens (composições) para a extensão da Linha 2 (Verde) do metrô de São Paulo.

— Nossa expectativa é de continuar crescendo. A queda nas taxas dos juros beneficia investimentos em infraestrutura e energia. E nenhum banco conhece tanto o Brasil como o BNDES, o que ajuda muito nesse cenário favorável. A liderança do Brasil na transição energética global será fundamental na produção de combustível de avião e hidrogênio verde — afirmou.

Luciana Costa enfatizou que o Brasil entra, hoje, na transição energética, com uma carência acentuada em infraestrutura. As maiores lacunas são em mobilidade, logística e saneamento.

— O Brasil é um dos poucos países do mundo que conseguem certificar aeronaves, mas não conseguiu universalizar o saneamento. Nossa prioridade é a transição energética e já estamos vendo isso em ferrovias, eletrificação de frota com projetos que ajudam na descarbonização. Não financiamentos térmicos a carvão, por exemplo. Estamos alinhados com o PAC.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 17/01/2024*

## CONFEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO VÃO AO STF PARA TENTAR BARRAR ISENÇÃO CONTRA IMPORTADOS DE ATÉ US\$ 50

Entidades alegam que medida viola os princípios 'da isonomia, da livre concorrência e do desenvolvimento nacional'

*Por Alvaro Gribel — Brasília*



**Taxação de e-commerce internacional, como Shein, Shopee e AliExpress — Foto: Fábio Rossi/Agência O Globo**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vão buscar a Justiça para tentar impedir que produtos importados de até US\$ 50 continuem sem pagar impostos no país.

Segundo as entidades, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) será protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), por violar, segundo elas, os princípios "da isonomia, da livre concorrência e do desenvolvimento nacional".

"A CNI e a CNC argumentam que o vício de constitucionalidade ocorre, uma vez que a desoneração tributária das importações de bens de pequeno valor em remessas postais internacionais não possui equivalência para as transações inteiramente nacionais (que suportam integralmente a carga tributária brasileira). Assim, ficariam configuradas violações aos princípios da isonomia, da livre concorrência, do mercado interno como patrimônio nacional e do desenvolvimento nacional", dizem.

As entidades afirmam que, em 10 anos, entre 2013 e 2022, as importações de pequeno valor saltaram de US\$ 800 milhões para US\$ 13,1 bilhões, o que representa 4,4% do total de bens importados pelo Brasil em 2022.

Em julho de 2023, o Ministério da Fazenda assinou uma portaria que estabelece uma alíquota zerada do imposto de importação sobre compras no comércio eletrônico internacional de até US\$ 50. Para comprar acima desse valor, continua valendo o imposto federal de 60%.

A medida vale para empresas que atenderem o plano de conformidade do governo, ou seja, que estiverem em dia com suas obrigações tributárias.

Até então, a regra de isenção tributária nas compras de até US\$ 50 valia exclusivamente para remessas entre pessoas físicas. Muitas plataformas on-line se aproveitavam desta brecha para simular transações entre pessoas físicas nas suas vendas ao exterior.

Para a CNI e a CNC, a medida tem provocado impacto negativo sobre o crescimento da economia, além da geração de empregos.

"Os dados econômicos atuais mostram que a total desoneração do imposto de importação resulta em relevante impacto negativo em indicadores nacionais, como crescimento do PIB, emprego, massa salarial e arrecadação tributária", alegam.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 17/01/2024*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### OBRAS PARADAS, TARIFAS DEFASADAS E FALTA DE DINHEIRO: O CENÁRIO DAS CONCESSÕES DE RODOVIAS NO BRASIL

Há queixas de desequilíbrios contratuais em 16 contratos vigentes com concessionárias, segundo o Ministério dos Transportes; demora na opção entre renovação e nova licitação é prejudicial, dizem especialistas

*Por Luiz Araújo*

BRASÍLIA - O Ministério dos Transportes está administrando um quadro conflitante sobre parte das atuais concessões rodoviárias do País. Ao mesmo tempo em que precisa se programar para a possibilidade de relimitar seis concessões — que totalizam oito leilões —, a pasta aguarda o resultado da tentativa de repactuação de contratos com as mesmas administradoras.

Para analistas, as incertezas dificultam o planejamento de interessados nos ativos, aumentando riscos de leilões desertos. O ministro dos Transportes, Renan Filho, avalia que o cenário é favorável, mas diz que, em último caso, as rodovias podem ficar sob gestão temporária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).



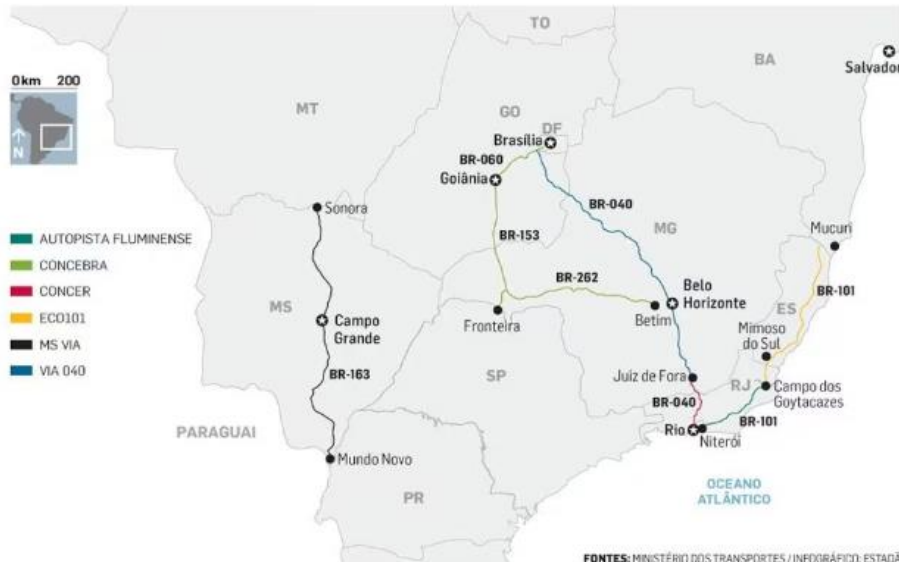
Atualmente, o País tem 23 concessionárias com contratos vigentes e, conforme o Ministério dos Transportes, há identificação de queixas de desequilíbrios contratuais em 16. Os problemas incluem atraso em obras, defasagem das tarifas e a falta de recursos para o cumprimento de obrigações previstas nas licitações.

***Para o Executivo, caminho para evitar relimitações acelera investimentos na malha rodoviária Foto: Divulgação/Dnit***

Dessas, sete podem ir para relimitação por pedido das próprias administradoras, sendo elas: Autopista Fluminense (BR-101/RJ), Concebra (BR-060, BR-153 e BR-262 DF/GO/ MG), Concer (BR-040/MG/RJ), ECO101 (BR-101/ES/BA), MS VIA (BR-163/MS), VIA 040 (BR-040/DF/GO/MG).

### CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Rodovias que estão previstas para serem relicitadas pelo governo federal



No ano passado, o governo solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a autorização para firmar acordos com as concessionárias para evitar as relicitações. Na avaliação do Executivo, esse caminho acelera investimentos na malha rodoviária.

Ao todo, 14 concessionárias solicitaram repactuações, incluindo seis das sete que já haviam pedido para deixar a gestão dos ativos, com exceção da Via 040, que agora tem relicitação certa. Para as demais, o mercado terá de se programar duplamente, conciliando a possibilidade de os ativos irem ou não a leilão, o que será definido após avaliação do Ministério dos Transportes e depois do TCU.

Em processo mais avançado, as propostas de repactuação da Autopista Fluminense, ECO101, MS Via e Via Bahia já estão sendo analisadas pelo TCU. Isso significa que o governo e essas concessionárias já alinharam propostas para otimizar os contratos, o que pode incluir retirada de obrigações, aumento de tarifas de pedágio e maior tempo de exploração dos ativos.

Agora, o tribunal avaliará os acordos a partir de critérios que incluem o benefício de repactuar em vez de relicitar e aspectos técnicos da concessionária, incluindo condição financeira de honrar com novas obrigações.

Para o advogado Aurélio Marchini, sócio do Marchini Botelho Caselta Advogados, a demora na opção entre renovação e nova licitação é prejudicial em razão da complexidade do planejamento dos potenciais interessados em participar das licitações, tendo em vista que requerem volumes vultosos de recursos para pagamento do valor de outorga e realização de investimentos.

“Quanto menor esse prazo para mobilização e organização, diminui-se o número potencial de participantes em prejuízo da possibilidade de competição na licitação, o que interfere no valor de outorga e no propósito declarado pelo governo de alcançar menores valores de tarifas de pedágios”, avalia.

A leitura está em linha com o que diz o advogado Caio de Souza Loureiro, sócio da área de Direito Administrativo e Projetos Governamentais de TozziniFreire Advogados. “Empresas podem abdicar de um determinado ativo, pelo receio de investir no planejamento sem certeza de que haverá leilão efetivamente”, afirma.

Ele pondera que o setor de rodovia é maduro e as empresas, sobretudo as que já operam nesse mercado, têm conhecimento e capacidade de planejamento que permitem a tomada de decisões com mais celeridade e precisão. “No limite, havendo leilões, elas podem participar normalmente”, diz.



### Prazos

Pelos prazos estabelecidos em portaria, as concessionárias interessadas nas repactuações tiveram de protocolar as propostas de acordos até 31 de dezembro do ano passado. A partir do momento da entrega, o governo tem 90 dias para analisar o pedido. Se aprovado pelo Executivo, é encaminhado para o TCU, que tem mais 90 dias para analisar por meio da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso).

Por esses prazos, um exemplo ilustrativo sobre a nebulosidade do cenário é a concessão gerida pela Concebra (BR-060, BR-153 e BR-262 DF/GO/MG). A empresa pediu para entregar o ativo em 2021 e teve o processo de relicitação iniciado. O projeto foi reformulado e dividido em três trechos.

Agora, o cronograma da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) prevê os leilões de dois desses trechos em 27 de junho deste ano. No entanto, a empresa pediu repactuação e quer seguir gerindo a malha. Pelos prazos definidos, o limite para a avaliação da possível repactuação é 29 de junho.

Em ótica positiva, o advogado Ricardo Barretto, especialista em Direito Público do Fenelon Barretto Rost Advogados, diz que a condução dos procedimentos de forma paralela representa uma estratégia inteligente do governo federal, permitindo maior celeridade aos novos leilões, na hipótese de as repactuações não chegarem a bom termo.

“É fundamental, contudo, que todos os atores dos processos de repactuação cumpram prazos e observem procedimentos de modo estrito, para se obter o rápido desfecho do processo. Também é fundamental que se estabeleça, para cada caso concreto, uma data limite para que as partes obtenham uma solução via repactuação”, diz.

Durante entrevista à imprensa na quarta-feira, 10, o ministro dos Transportes, Renan Filho, minimizou a possibilidade de que a concomitância desses caminhos resultem em prejuízos. O ministro defende que o mercado tem capacidade de investimentos que será alocada de qualquer maneira, seja por meio das otimizações ou com as relicitações.

“A vantagem é que, com as otimizações, os investimentos são feitos no curto prazo. Mas não posso desconsiderar hipótese de não conseguir otimizar, por isso estamos caminhando paralelamente”, disse.

Sobre o cenário de que leilões não tenham propostas, ficando desertos, o ministro voltou a defender o que já havia declarado ao Estadão/Broadcast no último mês. “Se, eventualmente, o mercado disser que já está com muitos projetos, vamos ter de buscar alternativas para investimentos porque o mercado privado não consegue fazer investimentos”, disse.

Em último caso, disse que o Estado tem capacidade de fazer as gestões até um novo certame. “Se um ficar deserto, o Dnit continua administrando a rodovia. Não ganhamos nem perdemos nada”, afirmou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 17/01/2024*

## **NOSSO PLANO É FAZER 35 CONCESSÕES DE RODOVIAS ATÉ O FIM DO GOVERNO LULA, DIZ RENAN FILHO**

Para o ministro dos Transportes, há uma soma de desafios que passam pela ainda elevada taxa de juros do País e por acúmulo de desgastes em contratos das atuais concessionárias

*Por Luiz Araújo*

### **Entrevista com Renan Filho - Ministro dos Transportes**





BRASÍLIA - Apesar de ter parte das projeções frustradas para os leilões rodoviários de 2023, o ministro dos Transportes, Renan Filho, diz que o governo mantém a diretriz de leiloar 35 trechos até 2026. Em entrevista concedida ao Estadão/Broadcast no final do ano passado, o ministro diz que cabe ao Executivo pôr os ativos à disposição da iniciativa privada, mas que não há problemas se o capital entender que parte deles não tem atratividade, ainda que, paralelamente, prometa adaptações para aumentar o apetite. “Um problema grave seria não levá-los a leilão. Porque o País não tem dinheiro, vive restrição fiscal para investimento. Se não atrair o capital privado, significa involução da nossa infraestrutura”, afirma.

O planejamento do ministério era realizar quatro leilões neste ano. Contudo, só conseguiu executar dois, ambos lotes de rodovias do Paraná. Um terceiro, que teve edital lançado, o da BR-381, em Minas Gerais, não recebeu nenhuma proposta e por isso não foi realizado. O quarto teve o edital atrasado por necessidades de ajustes demandados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para o próximo ano, a expectativa é de realização de 12 leilões, que se somarão a outros 21 até o fim do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para o ministro, há uma soma de desafios que passam pela ainda elevada taxa de juros do País e por acúmulo de desgastes em contratos das atuais concessionárias. “O grande problema do Brasil não se refere ao que foi feito este ano [2023] e, sim, ao passado. Porque nós temos muitos contratos desequilibrados e as concessionárias atuais, muitas delas, estão impedidas de fazer novos investimentos”, diz.

Na busca por tornar os ativos públicos mais atrativos, o ministro destaca a publicação da política de concessões e do acordo firmado com o TCU que possibilita repactuações com atuais concessionárias para evitar relicitação. O ministro promete perseguir medidas para aumentar a atratividade. “Nem todos os ativos tiveram problemas de atratividade, é algo que hoje está concentrado na BR-381. Estamos estruturando os projetos. Em alguns casos, tem, sim, que aumentar a atratividade”, diz.

### ***Confira a íntegra da entrevista:***

#### **Qual o balanço dos leilões rodoviários ao longo de 2023?**

Trabalhamos duro ao longo do ano [de 2023]. Fizemos a publicação da política de concessões. Modernizamos entendimentos. O Brasil está com a taxa de juros ainda elevada para projetos de longo prazo, o que dificulta a atração de investimentos para infraestrutura. Isso por um lado dificulta, mas isso está sendo cuidado pelo governo. Mas por outro tivemos captação internacional dos fundos soberanos da Arábia Saudita e Singapura pela primeira vez. Dialogamos com fundos de investimento e ampliamos as possibilidades de investidores. Agora, o grande problema do Brasil não se refere ao que foi feito este ano e, sim, ao passado. Porque nós temos muitos contratos desequilibrados e as concessionárias presentes no Brasil, muitas delas, estão impedidas de fazer novos investimentos, tanto por dificuldade de balanço, com nível de endividamento elevado, quanto impedimento por desequilíbrios de contratos que ficaram anos sem soluções. Estamos encarando em diferentes frentes. Esperamos fazer 35 leilões até o final do mandato do presidente Lula e otimizar até 15 contratos. Isso resultará em 50 contratos. O primeiro ano foi de organização. Esperávamos realizar quatro leilões e a publicação de cinco editais. Estamos finalizando com a publicação de quatro editais e realização de dois leilões.

#### **Como observa o risco de novos leilões desertos como o da BR-381?**

Temos que levar em consideração que a BR-381 é o maior desafio de engenharia rodoviária do Brasil por conta das características geológicas do Brasil. Vamos levar os leilões ao mercado. Se o leilão não apresentar demanda, isso não é um problema grave. Um problema grave é se não levarmos os ativos públicos a leilão. Porque o País não tem dinheiro, vive restrição fiscal para investimento. Se não atrai o capital privado, significa involução da nossa infraestrutura. O Brasil vinha realizando apenas um leilão por ano e isso é muito pouco. A gente pode realizar 12, 15, 6, vamos ver. Agora, só não podemos realizar apenas um.

### **O que será feito para aumentar a atratividade da BR-381 e dos demais ativos?**

Nem todos os ativos tiveram problemas de atratividade. Esse problema está concentrado na 381. Não são todos os ativos que precisam ser tratados da mesma maneira e não devem. Cada um tem sua peculiaridade. A 381 é uma que estamos buscando ampliar a atratividade. Já a BR-040, por exemplo, é um ativo conhecido, consolidado e maduro. Estamos, com muita experiência do Ministério, Infra S.A e da ANTT, estruturando os projetos. Em alguns, tem que aumentar a atratividade. No caso da BR-381, estamos dialogando com o TCU sobre riscos geológicos e taxa de retorno que precisa ser aferida.



**Renan Filho, ministro dos Transportes, promete perseguir medidas para aumentar a atratividade dos ativos públicos.**  
*Foto: Wilton Junior/Estadão*

### **As repactuações com concessionárias de rodovias estão ocorrendo no ritmo esperado?**

Criamos uma solução nova que vai permitir a retomada de obras. Porém, não é rápido como achamos que deveria ser. Também gostaria que fosse mais rápido. Entretanto, é mais rápido que um processo de relicitação. Hoje, a relicitação significa que as obras só serão iniciadas três anos depois. Essas otimizações de contratos temos que fazer com velocidade, mas com segurança e conforto para o TCU. É um modelo inovador. Mas essa é a melhor forma. A melhor forma de resolver conflitos é por conciliação e não por litigância.

### **É também a demora com repactuações de concessionárias de ferrovias que tem atrasado o anúncio de política própria para o setor? Como avalia o quadro?**

Temos três renovações em concessões ferroviárias para fechar. Não adianta plano sem recursos públicos. O acordo que fechamos garantiu R\$ 1 bilhão de recursos. Precisamos associar investimentos públicos e privados, só que o público está em restrição, por isso estamos buscando as otimizações de contratos. Os demais contratos devem seguir o mesmo caminho e isso vai viabilizar os projetos.

### **Como vê o cenário de garantia de investimentos nos próximos anos?**

A aprovação do novo arcabouço fiscal garante um nível de investimento de R\$ 80 bi para as obras de transportes em 4 anos. Claro que isso vai ser votado anualmente em cada orçamento. Este ano tivemos um pouco acima de R\$ 20 bilhões e esperamos no próximo ano cerca de R\$ 18 bilhões. Com a melhora econômica, esperamos atrair o investimento privado. Porque para fortalecer de maneira global, é fundamental ter recursos públicos potencializados e também o capital privado, somando os dois teremos volume maior de investimentos, o que irá ajudar a economia. Estamos com um projeto para 4 anos. Precisamos do desempenho da economia. O governo vai votar a Medida 1185 no Senado (a medida foi aprovada na semana passada, depois da conversa do ministro com o Estadão/Broadcast), que vai ajudar a garantir estabilidade fiscal, que garante trajetória de queda dos juros. O Ministério está com planejamento, agora temos que executar. Se lá no final, em vez de termos 50 contratos, tivermos 42, 46, 48, vai ser essa comparação com o que foi feito em anos anteriores. Pelo que fizemos este ano, não tenho dúvida de que faremos mais.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 17/01/2024*

## **PRIMEIRO NAVIO CARGUEIRO DA BYD, COM CAPACIDADE PARA 7 MIL CARROS ELÉTRICOS, PARTE PARA A EUROPA**

Recentemente, a BYD conquistou o título de maior fabricante de veículos elétricos do mundo, superando a Tesla

*Por Redação*

O primeiro navio cargueiro da fabricante chinesa de carros elétricos BYD, capaz de transportar 7 mil automóveis, partiu pela primeira vez a caminho da Europa, após fazer uma parada no porto chinês

de Yantai e em breve em Shenzhen, local de sede da BYD, onde receberá mais uma carga. As informações são de reportagem da Bloomberg.

O navio é gerenciado pela Zodiac Maritime Ltd. e está sendo alugado pela BYD, de acordo com uma postagem no WeChat da China International Marine Containers Group Co., que construiu a embarcação.



**Rebocadores puxam o BYD Ro-Ro Explorer No.1 para fora do estaleiro durante a entrega no leste da China, em janeiro de 2024. Foto: Chinatopix via AP**

A BYD conquistou recentemente o seu mercado interno e se tornou a marca de carros mais vendida na China. Agora, o foco está na expansão para o exterior. No quarto trimestre de 2023, a fabricante conquistou o título de maior fabricante de veículos elétricos do mundo, superando a Tesla de Elon Musk.

A China International Marine Containers Group afirmou que o BYD Explorer No. 1 é o primeiro navio de carga feito por um estaleiro chinês com o propósito de exportar carros chineses, segundo a Bloomberg. No navio, há dois tanques para armazenar gás natural liquefeito, que será usado como combustível principal para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 17/01/2024**

## **CONFEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO VÃO AO STF PARA TENTAR DERRUBAR ISENÇÃO DE COMPRAS ATÉ US\$ 50**

Entidades dizem que isenção viola princípios como isonomia, livre concorrência e desenvolvimento nacional; em dez anos, importações de pequeno valor saltaram de US\$ 800 milhões para US\$ 13,1 bilhões

**Por Eduardo Laguna**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vão ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação conjunta contra a isenção das compras de até US\$ 50 em plataformas internacionais de comércio eletrônico, como Shein, AliExpress e Shopee.

O argumento das entidades é que a isenção do imposto de importação, permitida pelo programa Remessa Conforme para compras de até US\$ 50, é inconstitucional por violar princípios como isonomia, livre concorrência e desenvolvimento nacional. Aprovada na última reunião de diretoria da CNI, realizada em 18 de dezembro, a ação direta de inconstitucionalidade deve ser protocolada ainda nesta semana.

Os indicadores econômicos, conforme sustentam as entidades, mostram que a total desoneração do imposto de importação causa relevante impacto negativo no crescimento econômico e, como consequência, no emprego, massa salarial e arrecadação tributária. Em dez anos, de 2013 a 2022, as importações de pequeno valor saltaram de US\$ 800 milhões para US\$ 13,1 bilhões, o que corresponde a 4,4% do total de produtos importados.

Em novembro, a Abicalçados, entidade que representa a indústria de calçados, já tinha tentado reverter no Supremo a isenção das pequenas compras de produtos importados no e-commerce. Movida com a Assintecal, que representa empresas de componentes para calçados, a ação foi, no entanto, rejeitada pela ministra Cármen Lúcia. A relatora considerou que as associações não estavam qualificadas para propor a ação, pois representam apenas uma parcela das atividades econômicas afetadas.



**Empresa chinesa Shein é um dos principais alvos dos empresários brasileiros ao pedir a taxaço de compras até US\$ 50**  
*Foto: Yuichi Yamazaki / AFP*

Em paralelo aos movimentos do setor privado, a taxaço das compras internacionais é uma das propostas em estudo entre lideranças do Congresso e do Ministério da Fazenda para financiar a volta da desoneraço da folha de pagamento de 17 atividades, revogada por medida provisória editada na véspera do ano-novo.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 17/01/2024*

## **BARROSO: STF É ÓRGÃO COM REPERCUSSÃO POLÍTICA, MAS NÃO É POLÍTICO NO SENTIDO PARTIDÁRIO**

Em Davos, presidente do Supremo fez o comentário após ser questionado sobre uma fala do presidente Lula, que elogiou a ‘cabeça política’ de Flávio Dino

*Por João Caminoto*

Davos, Suíça - O Supremo Tribunal Federal (STF) é um tribunal cujas decisões têm repercussão política, mas não é um órgão relacionado à política partidária, afirmou o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, em entrevista ao Estadão/Broadcast e à CNN durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

“Não dá pra dizer que não tem repercussão política o que a gente faz, mas evidentemente o modo de raciocínio de um ministro do Supremo são os valores que estão na Constituição. Portanto, só é político na medida em que a Constituição materializa escolhas importantes feitas pelo País, mas nunca no sentido partidário”, disse o ministro.

O ministro fez o comentário após ser questionado a respeito de uma fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última quinta-feira, 11. Ao anunciar o ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski como sucessor de Flávio Dino no Ministério da Justiça, o chefe do Executivo elogiou a “cabeça política” do ex-governador do Maranhão, que tomará posse como ministro do STF em fevereiro.



“Eu sempre sonhei que a gente deveria ter na Suprema Corte um ministro com a cabeça política, que tivesse vivenciado a política. Não que o que está lá não tenha. Mas ninguém que está lá tem a experiência política que tem o Flávio Dino”, disse o presidente na ocasião.

**Barroso disse que é bem-vinda a chegada de Flávio Dino ao Supremo**  
*Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil*

Barroso afirmou que a chegada de Dino ao STF é “bem-vinda”.

“O hoje ministro Flávio Dino foi juiz, juiz federal concursado. Aliás, aprovado em primeiro lugar no concurso dele. Teve uma carreira na magistratura, foi presidente da Associação dos Juizes Federais, depois foi secretário do Conselho Nacional de Justiça. De modo que ele é uma pessoa que vem do Direito. Como ele mesmo disse na sabatina dele, a política vai ficar para trás, apesar de ele ter sido um político muito bem avaliado no seu Estado”, acrescentou Barroso. / Colaborou Gustavo Nicoletta

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 17/01/2024*





## VALOR ECONÔMICO (SP)

### O QUE É E QUAIS SÃO OS PLANOS PARA A ERA DOS TRENS PROMETIDA POR LULA?

Uma nova onda de investimento na expansão da malha ferroviária tanto para carga quanto para transporte de passageiros

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Trem da Rumo — Foto: Divulgação/Rumo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete uma nova onda de investimento na expansão da malha ferroviária do Brasil. O conjunto de projetos contempla tanto a modalidade de carga quanto a de passageiros.

No governo Lula 3, a estratégia de aumentar os investimentos em linhas férreas é conduzida pelo Ministério dos Transportes. Dentro do Novo PAC, o governo planeja investir R\$ 94,2 bilhões em 35 empreendimentos, sendo R\$ 55,1 bilhões até 2026 e mais R\$ 39,1 bilhões nos anos seguintes. A maior parte (R\$ 88,2 bilhões) virá da iniciativa privada, por meio de 15 trechos de concessões novas ou já existentes.

O que vem sendo tratado por alguns como um novo boom de investimentos — ou, forçadamente, como nova era dos trens no Brasil — traz grandes desafios para o governo. Dada a baixa prioridade ou dificuldade de implementar projetos no passado, a malha ferroviária nacional responde por um pouco mais de 20% da matriz de transporte brasileira. É pouco, se considerada a dimensão continental do país. O transporte rodoviário tem dominado o transporte no país, respondendo por cerca de 70% da movimentação de carga.

Para aumentar a oferta de ferrovias para o transporte de passageiros, o ministério lançou, em dezembro de 2023, uma consulta pública para discutir uma nova política pública para o setor. A iniciativa prevê as bases para garantir um transporte seguro e eficiente, respeitando premissas de integração com infraestrutura urbana, sustentabilidade ambiental e atração de investimentos privados.

O governo já avalia a concessão, ou outro modelo contratual, para viabilizar seis trechos ferroviários voltados para o transporte de passageiros. São eles: Pelotas (RS)-Rio Grande (RS), Londrina (PR)-Maringá (PR), Brasília (DF)-Luziânia (GO), Salvador (BA)-Feira de Santana (BA), Fortaleza (CE)-Sobral (CE) e São Luís (MA)-Itapecuru (MA). Neste caso, o governo considera fazer aporte público para garantir a viabilidade do projeto que a iniciativa privada irá assumir.

O governo federal também tem apoiado a implantação do Trem Intercidades (TIC), entre São Paulo (SP) e Campinas (SP). Os bancos públicos federais já asseguraram a oferta de crédito da ordem de R\$ 10 bilhões para o governo do Estado de São Paulo construir o trecho ferroviário, que também está no Novo PAC.

Parte do desafio do setor é atrair novos investimentos privados, dada a limitação orçamentária do governo federal. Entre as obras de projetos estruturantes, em andamento, o governo federal tem priorizado a execução dos dois trechos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol I e II). Também está sendo preparado o início da Fiol II.

Os projetos estruturantes de ferrovia envolvem os grandes troncos que vão poder acomodar futuras ramificações de trechos em diferentes regiões do país. Outro projeto ferroviário com este perfil é a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), de Mara Rosa (GO) a Água Boa (MT), com obras conduzidas pela mineradora Vale.

O Ministério dos Transportes espera aumentar o valor de outorga definido pelo governo anterior na prorrogação antecipada de contratos de ferrovias para aumentar a disponibilidade de recursos para investimento no setor. Com essa iniciativa, o governo quer levantar ao menos R\$ 30 bilhões com o novo cálculo da outorga devida à União nos contratos de duas ferrovias da Vale, as Estradas de Ferro Carajás e Vitória-Minas, e outros dois trechos de concessão da Rumo e da MRS Logística.

Outra aposta de investimentos em ferrovias será por meio dos contratos de autorizações, possibilidade prevista no mais recente marco legal aprovado para o setor. Neste caso, o Ministério dos Transportes prevê o lançamento de 15 novos contratos de autorização este ano. Nesse regime contratual o empreendedor assume todos os riscos do projeto, porém, em contrapartida, se torna dono da ferrovia. Dentro desse modelo, ressurgiu o projeto de trem de alta velocidade, o trem bala, proposto para transportar passageiros entre Rio-São Paulo-Campinas.

Um megaprojeto ferroviário que o governo pretende tirar do papel é a Ferrogrão. Idealizado para escoar a produção agrícola do Centro-Oeste pelos portos do Norte, a ferrovia, com traçado entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), está orçada em mais de R\$ 30 bilhões. Neste caso, considera até ajudar com um aporte bilionário de recurso público para atrair investidores privados.

Até o fim do primeiro semestre de 2024, o Ministério dos Transportes deve lançar um novo pipeline de projetos ferroviários, que incluirá a Ferrogrão.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 17/01/2024*

## NA CORRIDA SUCESSÓRIA PARA PRESIDENTE DA VALE, MANDATO MENOR ESTÁ EM ESTUDO

Atual CEO, Eduardo Bartolomeo poderia receber mandato mais curto, mas ainda não há decisão

*Por Mônica Scaramuzzo e Francisco Góes — De Davos (Suíça) e Rio*



**Riqueza mineral: uma das maiores produtoras de minério de ferro do mundo, a Vale passou por reorganização a partir de 2017, quando migrou para o Novo Mercado da B3, processo que culminou em 2020 com o fim de acordo de acionistas — Foto: Leo Pinheiro/Valor**

A sucessão na presidência da Vale deverá ter desdobramentos nos próximos dias, apurou o Valor com fontes a par do assunto. Entre as alternativas estudadas, está a possibilidade de o atual CEO, Eduardo Bartolomeo, ser reconduzido para um mandato mais curto. Ainda não há, porém, martelo batido sobre o assunto.

O atual mandato do CEO da mineradora é de três anos, termina no fim de maio, e haveria possibilidade de renovação por período menor, segundo uma das pessoas familiarizadas com o tema.

Bartolomeo assumiu o comando da Vale logo depois da tragédia de Brumadinho, em 2019, e já passou por renovação de contrato antes, tendo, inclusive, o período de gestão ampliado, junto com toda a diretoria-executiva, de dois para três anos.



Foi uma forma à época, em 2021, de descascar os mandatos do conselho de administração, de dois anos de duração, com os contratos dos diretores, dando mais independência à alta administração da empresa no período pós-Brumadinho, que completa cinco anos na quinta-feira, dia 25 de janeiro.

Naquela data fatídica, uma sexta-feira, uma barragem de rejeitos se rompeu em uma mina da empresa no município homônimo, matando 270 pessoas e causando catástrofe ambiental na região, na grande Belo Horizonte (MG).

É possível que até o dia 25 deste mês haja uma definição sobre a sucessão na Vale: se Bartolomeo será reconduzido ou se irá se abrir um processo competitivo formando uma lista de candidatos a partir da qual irá se escolher o novo CEO.

Para que haja essa definição até essa data, seria preciso que o conselho de administração da mineradora convocasse reunião extraordinária, o que pode acontecer nos próximos dias.

Até agora, porém, a próxima reunião ordinária do colegiado está marcada para 31 de janeiro e o tema sucessório não está na pauta do encontro, embora possa ser incluído se não houver uma definição até lá.

***O atual mandato do executivo-chefe de uma das maiores mineradoras do mundo é de três anos e termina no fim de maio.***

O mandato mais curto para CEO não está oficialmente em pauta no conselho até o momento, mas poderá vir a ser considerado, dizem fontes. Por enquanto, afirmou um interlocutor, o processo segue normal: “Se está trabalhando em formato padrão, discutindo no conselho o que Bartolomeo fez na gestão dele.”

Pelas regras de governança da Vale, Bartolomeo precisa ser informado se permanece no cargo quatro meses antes do término do contrato, no fim de maio. Significa que até o fim de janeiro o conselho precisa fazer a comunicação. O executivo, formado em engenharia e com longa carreira na Vale, está em processo de avaliação pelos conselheiros, que precisam preencher formulários fazendo um relato da gestão dele.

Fernando Carneiro, da Vila Nova Partners, foi contratado para ajudar como consultor no processo, dizem fontes. Bartolomeo tem batalhado para permanecer no cargo, mas outros nomes têm sido apontados como potenciais candidatos à vaga.

Um dos principais é o de Luis Henrique Guimarães, conselheiro da Vale e homem de confiança do empresário Rubens Ometto Silveira Mello, dono da Cosan, que comprou uma participação de cerca de 5% da mineradora no fim de 2021.

Bartolomeo e Guimarães circularam juntos nesta terça-feira (16), em Davos, nos Alpes suíços, onde se realiza o Fórum Econômico Mundial.

Fonte ligada ao governo disse ao Valor que o nome de Guido Mantega ainda circula nos bastidores de Brasília como potencial substituto de Bartolomeo. Segundo essa fonte, é preciso haver uma convergência entre os acionistas e governo para definir o que é importante para a gigante brasileira, explicando que tem o ideal e também o que é possível.

Mas o assunto é sensível, explica outra fonte. No ano passado, quando o nome de Guido Mantega circulou como uma indicação do governo para a Vale, as ações da companhia sofreram queda. No mercado, há um temor de que o ex-ministro da ex-presidente Dilma Rousseff seja o braço do governo na mineradora.

Outra possibilidade aventada seria colocar Mantega no conselho da Vale, mas para que isso aconteça alguém teria que renunciar, uma vez que os mandatos dos atuais conselheiros vão até abril de 2025.

A renúncia de algum conselheiro agora parece remota e não haverá renovação do colegiado na assembleia de acionistas de abril deste ano.

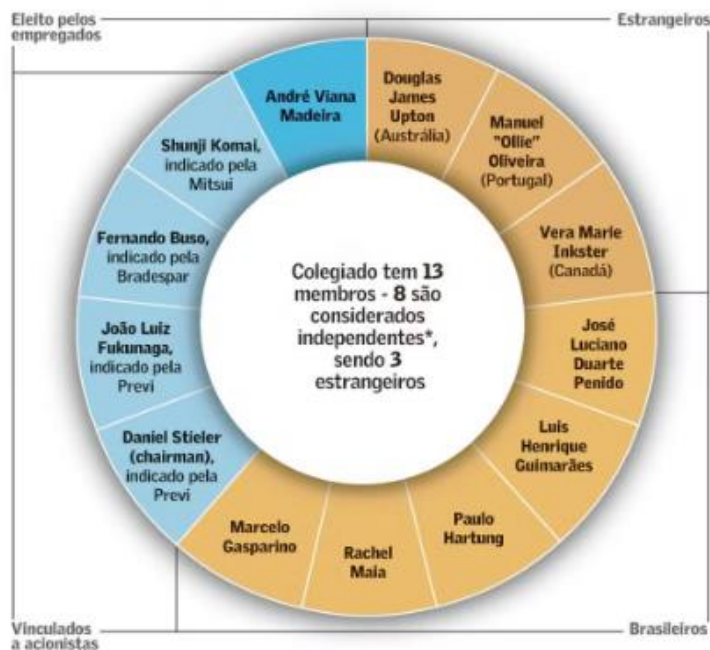


### Perfil da governança

As mudanças na gestão da Vale nos últimos anos

- Desde 2017, a empresa é listada no **Novo Mercado**, nível mais alto de governança da B3
- Desde 2020, a empresa não tem acordo de acionistas e não possui controlador
- Acionistas de referência incluem: Previ, BlackRock, Capital, Mitsui e Cosan
- Acionistas precisam se articular entre si para formar maioria no colegiado
- **Governo Federal** tem 12 golden shares, que dão poder de veto limitado em determinadas questões, como mudança de sede e de denominação social ou de objeto social no que se refere à mineração
- Cabe ao conselho de administração aprovar o nome do CEO. O mandato do presidente-executivo é de **três anos**

### Conselho de administração



Fonte: Vale. \*Para ser considerado independente, o conselheiro não pode ser acionista controlador ou ter voto vinculado a acordo de acionistas. As regras do Novo Mercado preveem outras situações que exijam análise caso a caso da independência de um conselheiro.

O governo Lula busca uma composição, embora a Vale seja uma empresa privada de capital pulverizado, sem controle definido, no qual o governo tem limitações para intervir. Além da Cosan, a Vale tem outros acionistas relevantes, caso das gestoras americanas BlackRock e Capital, e da





Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. A japonesa Mitsui e a Bradespar, braço de participações do Bradesco, também são acionistas tradicionais da mineradora.

O que está claro é que o governo Lula pretende se aproximar de empresas grandes, com cargos e influência, e que tenham uma agenda de descarbonização, incluindo iniciativas vinculadas ao desenvolvimento de hidrogênio verde no país. É o caso da Vale. Bartolomeo tem dado respostas às demandas do governo, o que é lido no mercado como uma tentativa do executivo de se aproximar mais dos interesses do Planalto.

A Vale tem discutido possíveis projetos com a Petrobras na área de hidrogênio verde e também avança com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na criação de um fundo de investimentos para financiar projetos de minerais críticos, como mostrou o Valor na edição de terça-feira (16).

A novela na qual se transformou a sucessão na Vale se explica por vários fatores. Um ponto central é a governança da empresa, que estabelece um rito longo para a sucessão. Há ainda o interesse de vários grupos, incluindo o governo, em fazer indicações.

Uma fonte próxima ao Planalto diz: “Os próximos 10 a 15 dias serão animados. Está todo mundo se movimentando. Tem a questão do Mantega, que gera tensão, mas é preciso buscar consenso. Nem sempre o que a gente quer é o ideal. O ideal é iniciar um diálogo mais vigoroso com tudo mundo, buscar convergências. Tem de buscar esse caminho [do entendimento], que é o melhor. Mas será preciso esperar mais um tempo [pela decisão].”

A palavra final sobre quem será o CEO da Vale cabe ao conselho de administração da companhia, formado por 13 conselheiros dos quais oito são considerados independentes e quatro vinculados a acionistas de referência (Previ, Mitsui e Bradespar). Há ainda um eleito pelos empregados.

Embora a escolha não vá se dar necessariamente por consenso, palavra difícil de ser aplicada em um colegiado em que deve prevalecer a pluralidade de ideias, o que se busca é algum tipo de conciliação de interesses.

“Tem que haver razoabilidade”, disse uma fonte. O que se pretende é chegar a algum alinhamento em busca do melhor interesse para a empresa e que não demonstre um conselho partido. Nesse trabalho, será preciso que os diferentes grupos abram mão de interesses. “A maioria dos conselheiros tem que estar confortável com o nome do CEO”, disse fonte.

Outro interlocutor afirmou que seria majoritária no conselho a ideia de continuidade do trabalho, conceito que poderia levar tanto à recondução de Bartolomeo quanto à indicação de Guimarães, da Cosan. “A escolha do nome exige conversas, não dá para cravar quem será, está tudo em aberto”, disse essa fonte.

Não há também disposição de brigar com o governo, uma vez que embora privada a Vale é concessionária de direitos minerários da União e explora ferrovias também em regime de concessão, além de portos. “Mas não brigar com o governo não significa aceitar qualquer maluquice”, disse a fonte. Os próximos dias serão importantes para fazer a costura entre acionistas e governo para que se defina quem vai comandar a gigante brasileira do minério de ferro e dos metais de transição energética, uma das maiores empresas do país.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 17/01/2024**

## ANTIGA FÁBRICA DA FORD NO ABC VAI VIRAR GALPÃO

Fundos assinaram acordo de venda por R\$ 850 milhões; área é ‘rara’ e ‘premium’ para logística  
**Por Ana Luiza Tieghi — De São Paulo**



A área da antiga fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP) deve ser vendida para a companhia norte-americana Prologis por R\$ 850 milhões, informaram fontes a par da negociação. A expectativa é que seja construído um condomínio logístico com mais de 400 mil m<sup>2</sup> de área locável.

Como comparação, há em toda a região do ABC paulista 480 mil m<sup>2</sup> de galpões logísticos em desenvolvimento, em três ativos, e outros 300 mil m<sup>2</sup> ainda em projeto, conta o analista de inteligência de mercado da consultoria Colliers, Leandro Braga.

“A localização é perfeita e você pode ter vários modelos de ocupação”, afirma Simone Santos, sócia-diretora da consultoria Binswanger SDS. Como fica dentro de um raio de 15 quilômetros do Centro de São Paulo, o espaço pode ser usado para logística de “última milha”, com entregas rápidas, ou como entreposto para entregas mais distantes. “É uma região premium para logística, está na ‘boca do gol’ para São Paulo, mas com um pé no porto de Santos”, diz Braga.

O espaço, de mais de um milhão de m<sup>2</sup>, deixou de ser usado pela montadora em outubro de 2019, quando esta anunciou sua saída do país, e foi vendido no ano seguinte para a construtora São José, por R\$ 565 milhões - a construtora também arrematou outra área da Ford, em Taubaté (SP), que está locada para uma fábrica do grupo CSN.

Posteriormente, o ativo em São Bernardo foi dividido em dois fundos de investimento imobiliário (FII): um é responsável pela gestão das fatias societárias da São José e de investidores do Credit Suisse, o SJ AU Logística, e o BTG Pactual Logística, que entrou posteriormente no negócio. O primeiro fundo tem 75% de participação no ativo e o segundo, 25%.

A transação foi divulgada em fatos relevantes dos dois fundos na noite de sexta-feira (12), quando o compromisso de compra e venda foi assinado. O nome do comprador não aparece nos documentos, e a venda ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

### ***Mais um terreno desse porte, só se outra montadora sair de lá”***

— Simone Santos

Procurada, a Prologis informou que está em período de silêncio e que “neste momento, não se manifestará sobre o assunto em questão”. Disse ainda que, “quando possível, serão divulgadas informações oficiais sobre o tema”.

Ao final de 2021, o Valor noticiou que a São José e seus sócios já tinham os alvarás para começar a construir um condomínio logístico no local, o que sempre foi o propósito da empresa para a área.

No fato relevante do FII do BTG, consta que a tese de investimento incluía o desenvolvimento de um complexo logístico, mas que “as condições adversas de mercado ao longo dos últimos anos”, decorrentes do aumento da taxa de juros e dos custos de construção, levaram a gestora a optar pela venda do ativo. O fundo terá ganho de capital de 20,5% com a transação.

É esperado que a Prologis invista ao menos R\$ 2 bilhões no empreendimento.

Segundo a Colliers, a região do ABC tem uma média de preço de locação para áreas de logística de R\$ 28 por metro quadrado. Em São Bernardo, o preço sobe para R\$ 32, enquanto a média nacional fechou 2023 em R\$ 24,90.

Para Santos, se houver áreas para logística de última milha, o valor pode chegar aos R\$ 40 por metro quadrado. Também seria possível ampliar a área locável, ao verticalizar o imóvel, chegando a 450 mil ou 500 mil m<sup>2</sup>.

Os dois especialistas em logística destacam que o terreno é “raro”, por estar em uma região urbana e adensada. Em São Bernardo há também muitas áreas de proteção ambiental, o que restringe ainda mais o espaço para exploração logística, e competição com empreendimentos residenciais. “Outro terreno desse porte, só se outra montadora sair de lá”, afirma Santos.



Ela destaca que, com o movimento de queda da taxa Selic, o mercado está mais otimista com a área de logística e há muitos desenvolvedores procurando áreas para comprar. “O dinheiro começa a surgir”, diz, mas terrenos em um raio de 30 quilômetros de São Paulo são cada vez mais difíceis. A vacância na região do ABC está em apenas 5%, de acordo com a Colliers, e há falta de ativos de alto padrão. Por lá, ainda predominam galpões pequenos e antigos.

A vacância no Estado de São Paulo era de 11% no quarto trimestre, enquanto a média nacional ficou em 10%.

Houve no ano passado a entrega de 2,3 milhões de m<sup>2</sup> de nova área locável no país, redução ante os 2,7 milhões de 2022. Segundo Braga, era esperado um volume maior, mas parte das entregas “escorregaram” para 2024, que deve manter o patamar de 2,3 milhões de m<sup>2</sup>.

A absorção líquida, medida pela diferença entre a área locada e a devolvida, foi de 2,2 milhões de m<sup>2</sup>, redução de 7,3% sobre 2022, motivada pela demanda mais fraca.

“Importante lembrar que começamos o ano muito impactados pelo caso da Americanas”, afirma Braga, citando ainda a taxa de juros alta, que desmotivou empresas do varejo. O destaque em locações no quarto trimestre, inclusive, não foi de empresas de comércio virtual, grandes locadoras durante a pandemia, mas de companhias de transporte, destaca a consultoria.

Para 2024, a expectativa é que a vacância fique perto de 11%.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 17/01/2024*

## RENDA DEVERÁ AVANÇAR MAIS NO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE

Estudo da Tendências Consultoria projeta expansão de 3,4% ao ano da massa de renda brasileira no período de 2023 a 2027

*Por Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva — Do Rio*

Nos próximos anos, a massa de renda total dos domicílios deve crescer com mais força nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do que no restante do país. Segundo estudo da Tendências Consultoria, enquanto a massa de rendimentos na média do Brasil avançará a um ritmo de 3,4% ao ano entre 2023 e 2027, descontada a inflação, as taxas devem ser de 4,6% no Norte e de 4,1% no Nordeste e no Centro-Oeste.

No Nordeste, a perspectiva de aumento de investimentos públicos e privados deverá estimular a massa de renda. Na região Norte, o impulso vem da administração pública, da concessão de rodovias e portos e da maturação de investimentos na indústria extrativa. No Centro-Oeste, é a agropecuária que está por trás do crescimento da massa de renda.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

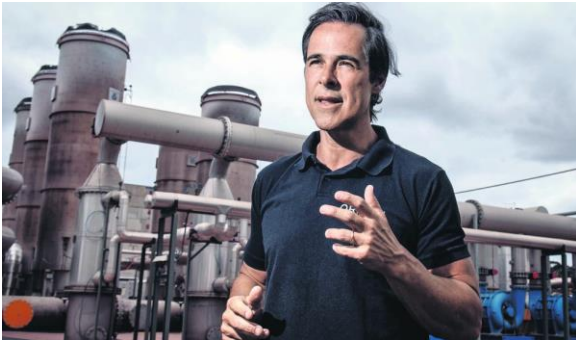
*Data: 17/01/2024*

## ORIZON MIRA EM BIOMETANO PARA ELEVAR RECEITAS EM ATERROS

Para 2024, a empresa analisa a possibilidade de adquirir mais oito aterros

*Por Robson Rodrigues — De São Paulo*

A Orizon Valorização de Resíduos planeja ampliar a transformação de seus aterros em ecoparques, uma espécie de hub de transformação de resíduos com centrais de reciclagem, captação de biogás, produção de combustível, planta de fertilizante e um aterro. Este modelo tem algumas linhas de negócios, como destinação correta de resíduos, economia circular e plantas de biogás e biometano. Desde que promoveu o seu IPO, em 2021, a companhia vem desenvolvendo outras aplicações para o lixo recebido, e aponta o gás natural renovável como o principal vetor de crescimento.



**Milton Pilão, CEO da Orizon: poder público remunera pelo tratamento dos resíduos e setor privado gera receitas adicionais com outras aplicações do lixo — Foto: Gabriel Reis/Valor**

Hoje a Orizon faz o manejo de 9 milhões de toneladas por ano, pouco mais de 11% do lixo produzido no Brasil. Para 2024, a empresa analisa a possibilidade de adquirir oito aterros. Caso essas compras se concretizem, a empresa deve adicionar 2 milhões de toneladas de resíduos por ano à sua gestão, além da possibilidade de novos projetos de biometano.

“Os investimentos principais da companhia estão voltados ao biometano. Nos últimos dois anos, nós saímos de cinco ecoparques para 16. Destes, 11 eu tenho que fazer investimento em plantas de biometano. É um tempo de 18 meses para ficar pronto, as plantas já foram adquiridas no segundo semestre de 2023 e entram em operação no primeiro semestre de 2025”, afirma o CEO da empresa, Milton Pilão.

O executivo não revela a produção atual de biometano, mas sabe-se que ainda é pequena e ocorre apenas na planta de Paulínia (SP). No entanto, há potencial para escalar. Recentemente a empresa estabeleceu uma joint venture com a Compass para produzir 180 mil metros cúbicos por dia a partir de 2025. Outro contrato importante foi com a Copergás, para fornecimento de biometano a partir do aterro de Jabotão dos Guararapes (PE) a partir do último quadrimestre de 2024.

O biometano, ou gás natural renovável, é obtido a partir da purificação do biogás, uma mistura de gases que têm como origem o processo de decomposição de resíduos orgânicos em ambientes onde não há troca de ar – a digestão anaeróbica. O mercado de gás pode trazer oportunidades com incremento de receita de vendas e na mitigação de emissões. “O Brasil poderia aproveitar seu DNA de país das energias renováveis também através do lixo”, diz.

Por substituir o gás natural com preços próximos, a demanda pelo biometano é maior do que a oferta. Segundo Pilão, o gás renovável se viabiliza a partir do momento em que as empresas estabelecem metas de descarbonização. No plano de negócios da Orizon há a projeção de investimentos de R\$ 1,2 bilhão. Com isso, a previsão é que em 2025 a capacidade da empresa varie de 700 mil metros cúbicos a 1 milhão de metros cúbicos.

A companhia tem se posicionado nos debates sobre o energético e aproveitado a parceria com a International Solid Waste Association (ISWA, da sigla em inglês) e o Global Methane Hub para desenvolver estudo sobre o Mecanismo de Mitigação do Metano, participando de um acordo global para aprimorar metodologias e fomentar o mercado.

No Brasil existem cerca de 3 mil lixões em que as emissões de gases de efeito estufa estão fora do controle. No caso dos aterros, segundo Pilão, o poder público não tem recursos para fazer a gestão adequada e os processos de concessão se arrastam por anos. Ele acredita na maior eficiência dos modelos de gestão privada, em que o ente público remunera as empresas pelo tratamento do material e permite que o setor privado tenha receitas adicionais com outras aplicações do lixo. “As prefeituras pagam o básico pelo aterramento e temos a oportunidade de buscar receita do modo privado, vendendo biometano com atributo ambiental” exemplifica.

Outras receitas podem vir da produção de fertilizantes orgânicos a partir do lodo recebido nos aterros. O investimento feito em parceria com a Tera Ambiental na planta de Paulínia (SP) ainda é tímido, de R\$ 10 milhões, e a empresa ainda aguarda confirmar a viabilidade do negócio para depois replicá-lo.



Outra linha de negócios para a empresa é o processo conhecido como recuperação energética (waste to energy, como é chamado em inglês), que são usinas de incineração. Após vencer o leilão para a primeira termelétrica deste tipo no Brasil, a companhia está investindo R\$ 500 milhões na unidade de 20 MW que ficará em Barueri (SP).

Apesar de ser a primeira usina deste tipo no Brasil, essa energia ainda é considerada cara para a realidade do país e será comercializada a R\$ 549,35 por megawatt-hora (MWh). Decisões de novas unidades não estão tomadas pela Orizon e vão depender de o governo promover novos certames no futuro.

“Pretendemos continuar investindo [em recuperação energética], mas entendemos que essa tecnologia vai atender um percentual do mercado menor do que outras formas de geração. Isso porque para o Brasil é uma alternativa ainda muito cara”, afirmou o executivo.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 16/01/2024*

## BYD MOSTRA COMO FOI DE FABRICANTE DE BATERIAS A MAIOR PRODUTORA MUNDIAL DE CARROS ELÉTRICOS

Primeiro modelo da empresa, que faturou US\$ 61,7 bilhões em 2023, era um sedã  
*Por Marli Olmos — De Shenzhen (China)*



***Linha de montagem da chinesa BYD em Hefei: empresa contabilizou 6 milhões de veículos produzidos até o ano passado — Foto: Costfoto/NurPhoto via Getty Images***

Uma visita à sede da BYD, em Shenzhen, China, pode começar de forma pouco habitual. Num espaço protegido por paredes de vidro, logo após a entrada de um imenso showroom, estão duas máquinas. Cada uma tem uma bateria apoiada em suporte. Os equipamentos, então, começam a lançar fogo sobre as baterias. A que sai das chamas intacta, explica o funcionário, é a mesma utilizada nos veículos da BYD, que em 2023 se tornou a maior fabricante de carros

elétricos do mundo. A outra, destruída pelo fogo em poucos minutos, “é a usada por outras marcas”, ressalta.

Como a ideia é contar a história da companhia, faz sentido iniciar a narração com o produto que, há quase 28 anos, fez surgir a empresa que no ano passado obteve receita de US\$ 61,7 bilhões. A BYD foi criada em 1995 para produzir baterias para celulares.

A ideia partiu de Wang Chuanfu, um químico especializado em tecnologia de baterias. Aos 29 anos, o jovem que havia se mudado para Shenzhen, um centro de inovação em expansão, aproveitou o início da onda do uso de aparelhos celulares para abrir uma fábrica de baterias, no subdistrito industrial de Kuichong.

Como em um museu, a história da BYD e de seu discreto fundador é contada por meio de fotos e informações que podem ser lidas pelo visitante à medida em que passeia pelo showroom. Em 2000, a BYD começou a vender baterias de lítio para a Motorola. Em pouco tempo, tornou-se fornecedora também da Nokia, Ericsson e Samsung.

Em 2002, a BYD, sigla de “Build Your Dreams” (construa seus sonhos) entrou na Bolsa de Valores de Hong Kong e um ano depois Chuanfu, hoje presidente da companhia, realizou o sonho de iniciar a produção de veículos. Um sedã foi o primeiro modelo.



O ano de 2008 marcou a passagem de um bilionário como acionista da companhia. O americano Warren Buffett investiu US\$ 232 milhões para comprar ações da BYD que valiam, na época, US\$ 1 cada. Quatorze anos, depois, quando a Berkshire Hathaway, gestora de Buffett, começou a vender as ações, o papel estava cotado a US\$ 35.

Em 2009, a BYD estreou no segmento de ônibus e no ano seguinte produziu o primeiro ônibus elétrico. Em 2012, a empresa instalou uma fábrica de ônibus em Campinas (SP). Em 2016, iniciou, na China, a produção de monotrilhos, que em breve serão conhecidos pelos paulistanos. Até o fim de 2024, a empresa pretende iniciar a entrega dos primeiros veículos que serão usados na linha 17-Ouro em São Paulo.

Funcionários se orgulham de falar sobre sua participação no combate à covid-19

A BYD continua a produzir baterias. Tem, inclusive uma unidade em Manaus que abastece a linha de ônibus em Campinas. Também produz painéis solares. Por isso, os representantes da empresa repetem sempre que a BYD não é só uma montadora.

O ano de 2023 marcou a instalação da companhia chinesa na Bahia. Na antiga fábrica da Ford, em Camaçari, serão produzidos automóveis elétricos e híbridos “plug-in”, incluindo uma picape híbrida movida a etanol.

As obras para ampliar e modernizar a fábrica brasileira começarão em fevereiro, segundo Marcelo Schneider, diretor da BYD. Segundo o executivo anunciou durante o Brazil China Meeting, em Shenzhen, na semana passada, o plano de contratação de mão de obra na primeira fase foi ampliado de 5 mil para 10 mil operários. O investimento anunciado soma R\$ 3 bilhões na primeira etapa.

Em Shenzhen, os funcionários da BYD têm orgulho de contar sua participação no esforço para combater a covid-19. Durante a pandemia, a produção de máscaras de proteção contra o coronavírus salvou não apenas vidas como também os salários dos empregados da BYD na China. É no país de origem da companhia que está a maior parte dos seus 750 mil funcionários.

Assim que toda a população do planeta foi obrigada a fazer isolamento social, a BYD colocou a equipe de engenharia para trabalhar no desenvolvimento de máscaras, um artigo escasso na época. Em três dias, o projeto estava concluído. A BYD tornou-se uma grande produtora de máscaras, ainda vendidas, inclusive no Brasil.

A empresa tem 90 mil engenheiros e calcula chegar a 100 mil até o fim do ano. Fileiras de patentes adquiridas pela BYD estão estampadas numa enorme parede do showroom de sua sede, em Shenzhen. São 11 mil pedidos por dia.

Os números dessa empresa chinesa são grandes em todas as frentes. Quando começou a fabricar carros, levou 13 anos para atingir um milhão de unidades produzidas. Um ano e meio depois já estava em três milhões e após nove meses computava quatro milhões. Em 2023, chegou a seis milhões de veículos.

No espaço do showroom dedicado à exposição dos carros, surgem os compactos com nomes de animais, como o Dolphin. Na China, o Dolphin Mini, que será lançado no Brasil em fevereiro, é chamado de Seagle.

Na área externa, é a vez de ver o carro que se movimenta de forma diferente. Lançado no mercado chinês em setembro, o modelo Yangwang U8, utilitário esportivo de grande porte, faz um giro de 360 graus sobre o próprio eixo.

Mas a grande expectativa da direção da BYD é saber qual será a reação dos visitantes brasileiros ao Dolphin Mini. A diretora da divisão americana de vendas, Jolin Zhang, então, aparece, para ajudar na

propaganda: “Esse carro é compacto, mas muito espaçoso por dentro. É perfeito para o Brasil”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/01/2024

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### BRUNO FONSECA - TOMOU POSSE COMO PRESIDENTE DA PRATICAGEM DO BRASIL

EXECUTIVOS 17/01/2024 - 16:28



##### Divulgação Praticagem do Brasil

Tomou posse como presidente da Praticagem do Brasil, o prático Bruno Fonseca, da Zona de Praticagem 5, no Ceará. Ele conduzirá a instituição de representação nacional da atividade no biênio 2024-2025. Em seu lugar na vice-presidência, assumiu o ex-diretor administrativo, prático Marcello Camarinha (ZP 15 - Rio de Janeiro).

O ex-presidente, prático Ricardo Falcão (ZP 1 - Fazendinha-AP/Itacoatiara-AM), passou a ocupar diretoria administrativa. Completam a gestão os práticos Felipe Perrotta (ZP 12 - Bahia), diretor técnico, e Jelmires Galindo (ZP 18 - São Francisco-SC), diretor financeiro.

Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os práticos Igor Sanderson (ZP 6 - Areia Branca-RN), Julio Souza (ZP 9 - Pernambuco) e Luiz Carlos Amaral (ZP 3 - Pará). Os suplentes são os práticos Gardel Rodrigues (ZP 16 - São Paulo), Pedro Parente (ZP 5 - Ceará) e Vanessa Zamprogno (ZP 9 - Pernambuco).

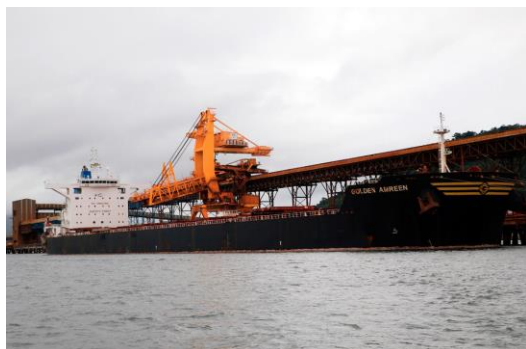
Graduado em Ciências Náuticas no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga) da Marinha do Brasil e pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Bruno Fonseca também acumula a presidência do Conselho de Administração do Instituto Praticagem do Brasil, em Brasília, voltado a treinamento da categoria, pesquisa e inovação na prestação do serviço.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/01/2024

#### BALANÇA COMERCIAL POR VIA MARÍTIMA CRESCEU 41,9% EM 2023

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/01/2024 - 12:14



Mercadorias como açúcar, sementes e frutos oleaginosos e o minério de ferro comandam a alta do valor exportado pelos terminais portuários no Brasil

A balança comercial por via marítima apresentou o expressivo crescimento de 41,9% em 2023, ao atingir a marca de US\$ 119,1 bilhões em valor FOB na comparação com o ano anterior. O incremento no comércio marítimo nacional é fruto do aumento de 1,9% nas exportações, que totalizaram US\$ 300,4 bilhões no ano passado, aliado a uma queda de 14% nas importações.

Os dados foram levantados pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) a partir de informações do sistema de estatísticas do Ministério da Fazenda, e disponibilizadas pelo banco de dados do setor portuário da ATP - o DATaPort.

Segundo o presidente da ATP, Murillo Barbosa, os terminais portuários brasileiros foram impulsionados por mercadorias consideradas estratégicas para o setor de logística, como açúcar (+43,4% em valor FOB), sementes, frutos oleaginosos como a soja, além do minério que atingiu a marca de US\$ 34,6 bilhões em exportações, representando um crescimento de 7,2%.

“No caso do minério brasileiro, os Terminais de Uso Privado se destacaram, sendo responsáveis por 86,1% da movimentação dessa mercadoria. O Porto Sudeste foi o grande destaque de 2023, registrando um aumento de mais de 50% em suas operações com minério de ferro”, lembra Barbosa.

Sobre as importações, Barbosa atribui a redução, em grande parte, à diminuição na quantidade e preço médio dos combustíveis minerais, registrando uma redução de 22% no preço médio. Além disso, os fertilizantes também desempenharam um papel relevante, com um aumento de 7,4% na quantidade importada, porém, uma queda expressiva de mais de 40% em seu valor médio, retornando aos patamares anteriores ao conflito entre Ucrânia e Rússia.

O presidente da ATP considera que o saldo da balança comercial por via marítima revela a importância do setor portuário na economia nacional, especialmente, os terminais privados que investem com recursos próprios na modernização e na inovação para atender à crescente demanda. Os TUPs (Terminais de Uso Privado) são responsáveis por mais de 65% da movimentação de cargas no país.

Para ele, as perspectivas para os próximos anos são promissoras, desde que os investimentos no setor sigam em rota de crescimento. “O notável aumento do comércio marítimo brasileiro, em 2023, evidencia a pujança dos terminais portuários brasileiros. O expressivo desempenho da balança comercial por via marítima sinaliza um panorama promissor para o comércio exterior brasileiro. Os investimentos em infraestrutura portuária são fundamentais para manter essa trajetória ascendente nos anos subsequentes”, disse.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 17/01/2024*

## PORTOS AMAZÔNICOS ULTRAPASSAM 51 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS EM 2023

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/01/2024 - 12:12*



Os números representam aumento de 22% em comparação com os indicadores de 2022

A exportação brasileira de grãos nos portos da Amazônia alcançou superior a 51 milhões de toneladas em 2023, segundo dados da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport). Os números representam crescimento de, aproximadamente, 22% em relação às 41,5 milhões de toneladas movimentadas pelo Arco Amazônico em 2022.

Flávio Acatauassú, presidente da Amport, observa que o aumento alcançou a meta estimada pela entidade para o período. “Apesar do ano difícil, em que fomos desafiados pela super seca que assolou a região norte do país e outras consequências da crise climática enfrentadas no Brasil, alcançamos, em operações de longo curso, 37% do total de grãos agrícolas exportados pelos portos brasileiros. Isso supera o ano de 2022, quando a região respondeu por 34%”, detalhou.



Ainda segundo o executivo, os avanços observados nos índices evidenciam o alto potencial da região e tornam ainda mais pertinentes os investimentos na atividade portuária amazônica.

“Podemos embarcar mais de 58 milhões de toneladas de grãos vegetais por ano nos portos de Itacoatiara, Santarém, Santana, Barcarena e Tegram e já temos projetos em andamento para expandir mais 42 milhões de toneladas, nos próximos seis anos, nesses portos. É uma estimativa que vai de encontro à demanda crescente do mercado e que nos mostra o quanto ainda podemos crescer de forma estratégica e sustentável”, comentou.

O presidente da Amport reitera também que o Arco Amazônico, que compreende portos localizados entre os estados do Maranhão e de Rondônia, tem o estado do Pará como destaque no setor portuário e transporte de grãos, devido à infraestrutura portuária desenvolvida localizada em Barcarena, um município situado na região metropolitana de Belém.

“O complexo portuário de Barcarena tem uma localização estratégica e está encarregado das mais importantes áreas destinadas ao fundeadouro de embarcações. Por isso, a pertinência da nossa região e atuação ao setor. Além disso, a região possui as maiores profundidades de saída para o mar que permitem maiores volumes embarcados e viabilizam a logística portuária”, comenta o presidente da Amport.

A Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport) reúne 13 empresas de grãos vegetais, minerais e líquidos, que operam na região amazônica, contribuindo para o fortalecimento da cadeia logística e infraestrutura do Arco Norte.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 17/01/2024*

## **MAERSK E HAPAG-LLOYD ANUNCIAM NOVA ALIANÇA, A 'COOPERAÇÃO GEMINI'**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 17/01/2024 - 08:56*



A Hapag-Lloyd e a Maersk anunciaram uma nova parceria operacional de longo prazo. Chamada “Cooperação Gemini”, a colaboração terá início em fevereiro de 2025.

O acordo envolve uma frota conjunta de cerca de 290 navios com uma capacidade combinada de 3,4 milhões de TEUs. A Maersk implantará 60% e a Hapag-Lloyd, 40%.

“A parceria com a Maersk nos ajudará a aumentar ainda mais a qualidade que oferecemos aos nossos clientes. Além disso, nos beneficiaremos de ganhos de eficiência em nossas operações e de esforços conjuntos para acelerar ainda mais a descarbonização de nossa indústria”, disse Rolf Habben Jansen, CEO da Hapag-Lloyd.

“Temos o prazer de iniciar esta cooperação com a Hapag-Lloyd, que é o parceiro oceânico ideal na nossa jornada estratégica. Ao entrar nesta cooperação, estaremos oferecendo aos nossos clientes uma rede oceânica flexível que elevará o nível de confiabilidade na indústria. Isto fortalecerá a nossa oferta de logística integrada e atenderá às necessidades dos nossos clientes”, afirmou por sua vez Vincent Clerc, CEO da Maersk.

Como parte do acordo, as duas empresas estabeleceram meta de fornecer confiabilidade de cronograma superior a 90% quando a rede estiver totalmente implementada, com melhores tempos de trânsito em vários dos principais portos da operação.

Em suas metas de descarbonização das frotas. A Maersk aponta para zero emissões líquidas em 2040 e a Hapag-Lloyd em 2045.

Neste novo arranjo, a Hapag-Lloyd deixará a THE Alliance no final de janeiro de 2025. Em janeiro de 2023, a Maersk e a MSC anunciaram que a aliança 2M terminará em janeiro de 2025.

As empresas utilizarão conjuntamente as redes globais e os terminais da Hapag-Lloyd e da Maersk. A cooperação abrangerá sete tráfegos: Ásia/Costa Oeste dos EUA, Ásia/Costa Leste dos EUA, Ásia/Oriente Médio, Ásia/Mediterrâneo, Ásia/Norte da Europa, Oriente Médio – Índia/Europa e Transatlântico.

Serão 26 os principais serviços, complementados pela rede de transportes dedicados centrados em centros de transbordo próprios ou controlados. 14 dos serviços de transporte estão localizados na Europa, quatro no Médio Oriente, 13 na Ásia e um no Golfo do México.

A Maersk possui uma frota composta por cerca de 700 navios próprios e fretados, com capacidade total superior a quatro milhões de TEUs. A APM Terminals, uma afiliada da Maersk, opera 59 terminais em 31 países sob a marca APM Terminals ou em conjunto com um parceiro de joint venture.

Com uma frota de 264 navios porta-contêineres capacidade total de transporte de dois milhões de TEUs, a Hapag-Lloyd tem capacidade de 2,9 milhões de TEUs, incluindo uma das maiores e mais modernas frotas de contêineres frigoríficos. A Hapag-Lloyd possui participações em 20 terminais na Europa, América Latina, Estados Unidos, Índia e Norte da África.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 17/01/2024*

## **FINEP LANÇA CHAMADA PÚBLICA PARA ENERGIAS SUSTENTÁVEIS E PETRÓLEO ENTRE EMPRESAS BRASILEIRAS E NORUEGUESAS**

*Da Redação OFFSHORE 16/01/2024 - 20:39*



A Finep e o Conselho de Pesquisa da Noruega (RCN), com o intuito de implementar o acordado no Memorando de Entendimentos que celebraram em novembro, acabam de lançar a chamada pública conjunta Finep-RCN em 2023, para apoio a projetos de cooperação entre os dois países, a serem iniciados em 2024. Os temas são: energias sustentáveis e petróleo. O envio de propostas é até 6 de março.

Pelo lado do Brasil, a Finep destinará até R\$ 15 milhões para essa chamada conjunta, com a intenção de dividir esses recursos igualmente entre projetos de petróleo e de energia renovável.

O projeto pode incluir a colaboração com parceiros industriais e/ou parceiros do setor de P&D (universidades, institutos de pesquisa, demais ICTs etc.). No entanto, isso não é um requisito obrigatório.

Adicionalmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) alocará até R\$ 3 milhões para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o objetivo de financiar bolsas dos participantes brasileiros para atividades na Noruega.

O financiamento pela Finep está aberto às empresas constituídas de acordo com a legislação brasileira para a produção ou comercialização de bens ou serviços, com fins lucrativos, cujos atos societários estejam arquivados em cartório de registro e que tenham sede no Brasil.

As empresas ou instituições norueguesas e brasileiras que receberem financiamento público dentro do mesmo consórcio internacional, não podem pertencer ao mesmo grupo econômico.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 16/01/2024*

## ATIVIDADE DE PRATICAGEM É SANCIONADA E PASSA A TER REGRAS ESPECÍFICAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/01/2024 - 20:33



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Medidas devem garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços e profissionais que atuam nos portos brasileiros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou sem veto na segunda-feira (15) as regras da atividade de praticagem no país. O Ministério de Portos e Aeroportos destaca em nota que com a Lei 14.813 sancionada, "o governo federal reconhece a importância dos profissionais para o setor e reforça a segurança das estruturas portuárias, favorecendo a competitividade dos portos brasileiros". A sanção do PL 757/2022 ocorreu durante cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

De acordo com a nova legislação, o Comando da Marinha poderá formar e presidir uma comissão temporária para fixar — em caráter extraordinário, excepcional e temporário — os valores do serviço. Esse preço fixado terá validade de até 12 meses, prorrogável por igual período.

A comissão será acionada por provocação de qualquer das partes contratantes (empresa do navio ou entidade dos práticos), sempre que houver argumento de abuso de poder econômico ou de defasagem dos valores.

Dessa comissão paritária e de natureza consultiva farão parte a autoridade marítima, representantes da entidade prestadora de serviço de praticagem, do armador tomador de serviços de praticagem e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O parecer deverá ser emitido em até 45 dias.

A nova lei prevê outras medidas. Por exemplo, permite à autoridade marítima conceder, exclusivamente a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira até o limite de 100 metros de comprimento, um certificado de isenção de praticagem.

O navio deverá ter ainda pelo menos 2/3 de tripulação brasileira para contar com o certificado, que habilitará o comandante a conduzir a embarcação no interior de zona de praticagem ou em parte dela.

O vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos e diretor do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), Ricardo Falcão, ressaltou que as novas regras estão alinhadas às práticas vigentes nos principais mercados mundiais, como França, Estados Unidos, Alemanha, China e Coreia do Sul. "Existe um padrão mundial de funcionamento da atividade, com isso o profissional ganha uma estabilidade de funcionamento, um arcabouço jurídico muito mais forte. É o padrão que o mundo todo opera", afirmou Falcão.

A lei mantém a Marinha do Brasil na condição de autoridade marítima que detém a competência para a regulação econômica da atividade, incluindo a homologação da escala de rodízio único. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) auxiliará a Marinha nas tomadas de decisão sobre eventual abuso de poder econômico nos serviços de praticagem.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024

### RELATÓRIO DO IMB REVELA AUMENTO DA PIRATARIA EM 2023

Da Redação NAVEGAÇÃO 16/01/2024 - 20:22



Dados recentes do Bureau Marítimo Internacional [IMB, na sigla em inglês] revelam um aumento preocupante de casos de pirataria marítima em 2023. O acompanhamento foi iniciado no primeiro sequestro bem-sucedido da Somália em 2017, o que alarmou especialistas em segurança marítima. O Relatório anual sobre Pirataria e Roubo (à mão armada) mostra 120 casos em 2023 — um ligeiro aumento em relação aos 115 incidentes do ano anterior.

O incidente mais perturbador mencionado no relatório foi um sequestro bem-sucedido na costa da Somália em 14 de dezembro de 2023. Cerca de 700 milhas náuticas a leste de Bosaso, um navio graneleiro Handymax foi tomado por supostos piratas somalis. Desde 2017, não havia nenhum sequestro bem-sucedido em águas somalis.

O incidente destaca a ameaça contínua que os piratas somalis representam. Embora tenham sido notificados menos casos no Golfo da Guiné (22 em 2023 em comparação com 81 em 2020), a região continua a ser um foco de pirataria marítima. Esta região foi responsável por três dos quatro sequestros relatados em todo o mundo em 2023, que também é responsável por todos os 14 sequestros de tripulantes e 75% dos reféns relatados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024

### ARTIGO - SUSTENTABILIDADE EM ALTO-MAR: PROTAGONISMO BRASILEIRO NA PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE

Por Mariângela Ciodaro OPINIÃO 16/01/2024 - 20:11



A matriz energética do Brasil é mais de 85% renovável. Em um contexto mundial de transição energética, que consiste na busca por matrizes renováveis para a produção de energia e descarbonização, o país pode ser um protagonista.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) — responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica —, no primeiro trimestre de 2023 mais de 90% da energia gerada e utilizada pela sociedade brasileira foi produzida a partir de fontes renováveis — hidráulica, eólica, biomassa e solar.

Um destaque em 2023, foi a regulamentação das eólicas offshore (energia eólica produzida no mar) com o PL 11.247 de 2018. Ponto em que também estamos em vantagem quando consideramos a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva brasileira. A produção de energia eólica vem a partir dos ventos que promovem a rotação das hélices da turbina eólica. As hélices, que estão conectadas a um gerador, dois ímãs que giram um sobre o outro, transformam a energia mecânica em energia elétrica.

O Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês) destacou que o Brasil, atualmente, ocupa a sexta posição no Ranking Global de Capacidade Instalada onshore (energia eólica produzida na terra). O país tem a capacidade de geração de 1.500 GW em eólicas onshore e offshore, o que nos coloca como detentores de 70% do potencial dessa forma de geração na América Latina.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), as eólicas movimentaram R\$ 321 bilhões, entre 2011 e 2020. A fonte é renovável, não polui e coloca o Brasil no desenvolvimento





de um caminho que cumpra os objetivos tratados nas Conferências do Clima, sendo a mais recente a COP 28, em Dubai. Durante a COP28, foi lançada a aliança global das eólicas offshore (Global Offshore Wind Alliance - GOWA) e o Brasil aderiu à iniciativa.

O objetivo do grupo é reunir governos, setor privado, organizações internacionais e outras partes interessadas para acelerar a implantação de energia eólica offshore. A proposta é da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena) e do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC).

Para o nosso país esse passo representa muitos avanços, dentre eles o acesso ao conhecimento adquirido por países que já estão neste mercado há mais tempo, acesso a fornecedores e parceiros e um ganho de força política e de aliados institucionais.

O tamanho da indústria envolvendo a matriz de geração eólica, no país, tem 26 gigawatts (GW) em Capacidade Instalada em Operação Comercial, porém os números da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) apontam para um potencial de 700GW. Temos, atualmente, 916 parques eólicos, com 10.178 aerogeradores em operação, localizados em 12 estados no país, sendo que as regiões com maior potencial eólico, por questões geográficas, são Nordeste, Sul e Sudeste.

A aprovação do PL 11.247 de 2018 foi uma etapa crucial para fomentar investimentos e crescimento para o país. Os investidores internacionais estavam esperando ansiosamente por isso e a demora desta regulamentação poderia implicar em perda de investimento para o Brasil.

Dentre as vantagens advindas da geração de energia offshore, a principal é a descarbonização da nossa matriz energética. Além disso, o ganho financeiro para o país, estados e municípios envolvidos será significativo. Podemos considerar o estímulo da nossa indústria, especialmente a naval, e o fomento para a capacitação de mão de obra, uma vez que não há contingente suficiente no país. Na produção dessa forma de energia, temos 11 postos de trabalho criados por Megawatt (MW) instalado.

É preciso analisar também outros pontos que merecem atenção especial como o custo elevado dos equipamentos, materiais e investimentos nas etapas necessárias para implantação e manutenção do empreendimento. O que abre espaço para uma parceria com o setor petrolífero, visto que já possuem uma estrutura portuária, logística e experiência na instalação de plataformas fixas em leito marinho ou flutuantes.

Outro impacto gerado por esse novo mercado é em relação ao licenciamento ambiental necessário para a viabilidade das obras de infraestrutura para a criação dos parques eólicos em alto-mar, pois as comunidades mais próximas dos empreendimentos sofrerão mudanças que podem influenciar seu modo de vida. Até setembro de 2023, em nota, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) apontou para um número de 91 projetos em análise para obter o licenciamento. Os projetos juntos somam aproximadamente 220 GW.

Para que o projeto obtenha viabilidade e consiga o aval do órgão, deve cumprir o rito que está definido em lei e as premissas já estão descritas no Termo de Referência (TR), publicado pelo Ibama em 2022. A proposta deverá trazer uma análise de todo o contexto do empreendimento (usina, linha, subestação e pontos de conexão). Como qualquer empreendimento de grande porte, será exigido Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Serão realizados levantamentos de dados primários (em campo) e secundários (em bases oficiais) para os meios físico, biótico e socioeconômico. Para o meio biótico, deverão ser considerados todo ambiente terrestre e marinho que sofrerão algum tipo de influência com o projeto. O mesmo vale para as análises das comunidades e municípios que exercem atividades dentro e fora do mar.

O desenho de como será a criação desse novo mercado ainda não está completo. Faltam as diretrizes para a emissão da Declaração de Interferência Prévia (DIP), que será dada pelas entidades responsáveis pela concessão de área autorizando a sua utilização. Mas com a aprovação do PL, o investidor poderá definir a área prioritária e requerer a autorização. Este avanço desonera o setor



público e acelera o processo. Sem falar que o ônus de demonstrar a capacidade da área que irá receber o projeto é do empreendedor. Desta forma, resta ao Estado apenas o papel de avaliar e dar ou não a anuência.

A transição energética engloba não só a geração e consumo de energia de baixo carbono, mas também a forma como otimizamos a utilização de bens e serviços. É um processo que passa também por mudanças na estrutura social, econômica, política e cultural, e pressupõe o reconhecimento de que é insustentável continuar consumindo recursos naturais da forma como fazemos hoje.



**Mariângela Ciodaro é diretora de Desenvolvimento de Negócios da Ambientare - Soluções em Meio Ambiente**

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024

## PORTOS DO RIO ITAJAÍ AÇU MOVIMENTARAM 14,9 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/01/2024 - 19:44

No mês de dezembro, o Complexo Portuário do Rio Itajaí-Açu movimentou 1.482.782 toneladas de mercadorias. 590.695 toneladas foram destinadas à exportação, enquanto 892.087 toneladas foram importadas. No acumulado do ano, de janeiro a dezembro, o Complexo Portuário movimentou um total de 14.965.499 toneladas.

Em dezembro, foram movimentados 129.863 TEUs, totalizando 1.296.678 TEUs no ano. Passaram pelos portos da região 78 embarcações, das quais 51 na Portonave, 14 no Porto de Itajaí, um no Teporti, sete no Barra do Rio e cinco na Braskarne.

No Porto de Navegantes, a movimentação em dezembro totalizou 1.383.944 toneladas, com 129.863 TEUs. No ano, a Portonave movimentou 14.366.522 toneladas e 1.296.289 TEUs.

No Porto de Itajaí, a movimentação total de cargas atingiu 62.670 toneladas em dezembro, somando um acumulado anual de 370.882 toneladas.

A Braskarne registrou uma movimentação de 29.397 toneladas em dezembro e 86.228 no acumulado do ano. Já o terminal Teporti apresentou uma movimentação de 6.771 toneladas no mesmo mês e 122.651 em 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/01/2024



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS

Data: 17/01/2024